



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO CENTRO
DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E MUSEOLOGIA CURSO
DE BACHARELADO EM MUSEOLOGIA**

JONAS BATISTA DA SILVA

MONUMENTO TORTURA NUNCA MAIS: um patrimônio do presente

Recife
2024

JONAS BATISTA DA SILVA

MONUMENTO TORTURA NUNCA MAIS: um patrimônio do presente

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Antropologia e Museologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito final para obtenção do grau de Bacharel em Museologia.

Orientador: Prof. Dr. Hugo Menezes Neto

Recife

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Silva, Jonas Batista da.

Monumento Tortura Nunca Mais: um patrimônio do presente / Jonas Batista da Silva. - Recife, 2024.

61 p.

Orientador(a): Hugo Menezes Neto

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Museologia - Bacharelado, 2024.

Inclui referências, apêndices, anexos.

1. Tortura Nunca Mais. 2. Conramemória. 3. Antimonumento. 4. Ditadura Militar. 5. Cidade. I. Menezes Neto, Hugo. (Orientação). II. Título.

060 CDD (22.ed.)

JONAS BATISTA DA SILVA

MONUMENTO TORTURA NUNCA MAIS: Um patrimônio do presente

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Antropologia e Museologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Museologia.

Aprovado em: 26/03/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Hugo Menezes Neto (Orientador)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Francisco Sá Barreto dos Santos (Examinador Interno)

Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Camila Maria Santos (Examinadora Interna)

Universidade Federal de Pernambuco

Dedico este trabalho a todos meus amigos de graduação que foram presentes nos estresses, risos e choros, as memórias que criamos resistirão a quaisquer ações do tempo. E também a todas as vozes que se impulsionaram a viver o que restava de suas vidas em prol do direito de todos, seu som ressoa até os dias de hoje em diversas vibrações.

Agradecimentos

Agradeço aos amigos, antes e durante a graduação, que me apoiaram no processo e tornaram os momentos de tensão e ansiedade como parte comum de todo o contexto, nada como ter vocês por perto para deixar tudo mais leve. Agradeço a quem me acompanhou amorosamente, a escuta com interesse e curiosidade foi de grande importância, obrigado pelo tempo dedicado. Agradeço também às oportunidades que me foram proporcionadas na graduação, agregando conhecimento e preparo para chegar ao resultado de tudo que foi assimilado. Agradeço aos professores, Hugo Menezes por ter aceitado explorar e lapidar essa temática comigo, e aos professores Francisco Sá Barreto e Camila Maria Santos por terem aceitado a missão fazendo parte dessa reta final. A esses e aos demais professores, suas contribuições e conhecimento se tornaram um repertório vasto para minha formação como museólogo. E, não menos importante, agradeço a mim mesmo por ter encontrado força para não desistir de mim, tempos difíceis não duram para sempre, e todo o apoio mencionado me trouxe até aqui de forma humana, com limitações, mas renascendo a cada percalço.

Resumo

O monumento Tortura Nunca Mais é parte integrante da cidade do Recife, assume a posição de instrumento que potencializa as ressignificações feitas pelos agentes sociais a partir de suas demandas. Essa reorientação acontece à medida que as simbologias instauradas entram em contato com as problemáticas do presente, aproximando o monumento da população que se apropria do seu espaço e busca preencher lacunas de grupos sociais pouco visibilizados. Essa pesquisa teve o objetivo de contextualizar o Tortura Nunca Mais e seu resgate de uma memória traumática, atribuindo novas categorias para pensar esse bem cultural no presente a partir de novas nuances. Tal abordagem que o insere como antimonumento, Seligmann-Silva (2014), e lugar de memória em Nora (1989) sinérgica às ações de movimentos sociais e culturais, possibilitando novas dinâmicas que acompanham as mudanças na população recifense.

Palavras-chave: Tortura Nunca Mais; Contramemória; Antimonumento; Lugar de memória; Cidade; Ditadura Militar.

Abstract

The Tortura Nunca Mais monument, being an integral part of the city of Recife, takes on the position of an instrument that enhances the re-significations made by social agents based on their requests. This reorientation takes place to the extent that the established symbologies come into contact with the problems of the present, bringing the monument closer to the people who have appropriated its space and seek to fill the gaps of oppressed social groups. This research aimed to contextualize Torture No More and its rescue of a traumatic memory, assigning new categories to think about this cultural asset in the present with new nuances. This approach inserts it as an anti-monument, according to Seligmann-Silva (2014), and a place of memory according to Nora (1989), synergizing with the actions of social and cultural movements, enabling new dynamics that accompany changes in the population of Recife.

Keywords: Torture No More; Countermemory; Antimonument; Place of memory; City; Military dictatorship.

Sumário

Introdução	9
Capítulo 1 - O poder militar excessivo e as resistências sociais	13
1.1 Os “elementos subversivos” da Ditadura Militar em Pernambuco	13
1.2 - A luta por uma contra-memória	18
1.3 - O que diz o Tortura Nunca Mais	23
Capítulo 2 - O Tortura Nunca Mais como elo entre o passado e o presente	28
2.1 - A (r)existência do monumento Tortura Nunca Mais	35
2.2 - Sítios de consciência: uma abordagem promissora no meio urbano	40
Capítulo 3 - As possibilidades do antimonumento Tortura Nunca Mais	44
3.1 - Patrimônio, educação patrimonial e horizontalidade	46
3.2 - Um olhar pela cidade: roteiro “Recife na ditadura de 64”	51
Considerações finais	57
Referências bibliográficas	59
Lista de Imagens	61

Introdução

O patrimônio público dos centros urbanos provoca reflexões e tensões, sua existência pode moldar a forma como enxergamos acontecimentos do passado e como revisitamos criticamente as identidades no presente. Para o contexto da cidade do Recife, interesse-me pelo patrimônio público que pode se tornar espaço de luta e resistência, com o intuito de garantir maior alcance em reivindicar direitos, tal qual o monumento Tortura Nunca Mais.

O monumento Tortura Nunca Mais, localizado na Rua da Aurora no centro do Recife, objeto desse estudo, foi fruto de um concurso público no governo de Jarbas Vasconcelos e pelas demandas do Grupo Tortura Nunca Mais, como forma de homenagear os mortos e desaparecidos políticos no período da Ditadura Militar, um lembrete acerca dos acontecimentos violentos que não podemos repetir em um Estado democrático. Encabeçado pelo artista piauiense Demétrio Albuquerque, a estátua foi inaugurada em 1993 com a presença de familiares e amigos próximos, com vistas a reconhecer os esforços pela luta em prol da manutenção dos direitos humanos e de cidadania, censurados gradativamente no período da Ditadura Militar. O espaço possui caráter político e social que marca a memória da cidade pelo silenciamento brutal de cidadãos que hoje possuem, ou devem possuir, o reconhecimento de sua atuação nesse cenário nacional.

O presente estudo se inscreve na abordagem das estátuas e monumentos públicos como processos e dinâmicas de produção de memórias e resistências. A perspectiva aqui adotada é a de que memórias e identidades podem ser ressignificadas a partir de esculturas que ocupam seus respectivos espaços na cidade, se busca refletir as possíveis conveniências e potenciais atributos dos bens patrimoniais distribuídos pelo Recife. A pesquisa sobre o monumento Tortura Nunca Mais, busca compreender a dinâmica envolta em um bem público que destoa do ato de homenagear figuras de poder e rememorar conquistas da cidade, ao contrário, ilumina uma memória traumática de um período sombrio.

Parto do objetivo de pensar o monumento a partir da problemática, ou da falácia, dos discursos oficiais, que projetam uma narrativa pouco representativa da sociedade, produzindo ocultamentos de memórias traumáticas e interditos simbólicos dos espaços públicos. Parto, portanto, de um monumento que faz a inserção da contramemória, em sua existência mutável e passível de novas abordagens, no espaço público, tornando-o político, politizado e politizante, aqui pensando nos valores e sentidos que o tempo presente podem garantir na longevidade do patrimônio.

O Tortura Nunca Mais, exposto na paisagem recifense, proporciona conexões com os transeuntes, moradores, turistas, trabalhadores do local e/ou manifestantes em protesto; seus usuários lhe atribuem diariamente sentidos e novas atribuições, que não apagam o intuito de sua criação, mas que permite o fluxo constante de atravessamentos simbólicos por parte da população que o interpreta a partir de seus referenciais. Se distanciando do saudosismo comum ao patrimônio público, o Tortura Nunca Mais pode ser lido como um marco de memória para que não haja o esquecimento de vidas que um dia lutaram por um bem comum, a materialização física como um lembrete para não regressarmos àquela situação de perseguição, tortura e morte.

Possuímos inúmeras referências ao período da Ditadura Militar – ruas, praças, estátuas... - que se vinculam a ideologias instauradas naquele período, símbolos não representativos de diversos grupos sociais. A pesquisa a respeito do feito desses grupos (trabalhadores rurais, operários de fábricas, mulheres, advogados e estudantes, por exemplo) tem potencial para mostrar um outro lado não coberto pela credibilidade de discursos oficiais, e precisa ser confrontada com vistas a fazer parte também da história oficial. Esses grupos assumiram o risco de atuar durante a Ditadura Militar expressando seu descontentamento com as decisões que ofendiam seus direitos como trabalhadores e cidadãos, e por isso, são importantes componentes no trato da história da ditadura (BANDEIRA 2007; CAVALCANTI, 2015; FERREIRA, 2014).

Com isso, alguns questionamentos foram levantados sobre esculturas públicas na cidade do Recife: como se dá o processo de integração de alguns bens materiais como representantes do coletivo em detrimento de outros? Em que implica o uso de memória seletiva para produção da identidade nacional? Quais as contribuições de “zonas invisíveis” para o espaço urbano modificando o discurso oficial? A partir da definição de patrimônios públicos podemos refletir sobre a dinâmica da cidade através do proposto “bem a serviço da sociedade” e sua relação com o pluralismo democrático que almejamos em sociedade, que possui crescente e ainda assim poucos elementos/signos de parcelas sociais ocupando a esfera pública e urbana.

Assim, pensamos como ponto de partida que no contexto urbano, as narrativas podem gerar destaques e símbolos a longo prazo, e em contrapartida podem criar silêncios, ocultamentos e invisibilidade. A cidade pode ser impactada com a distribuição de bens patrimoniais em sua paisagem, pois, que divergem da sua maneira de existir na sociedade, para além da contemplação, há uma espécie de função pedagógica de conscientização histórico-patrimonial com vistas a uma Recife múltipla e plural.

A monografia está estruturada em três capítulos que trazem aspectos que se conectam às nuances que circundam o objeto, partindo da história e de seus usos até às práticas de uma cidade-museu a céu aberto. O primeiro capítulo é destinado aos agentes da história que se posicionaram contra o governo militar na ditadura, protagonistas de suas lutas. Esses indivíduos atuaram fazendo articulações que tinham o intuito de reivindicar e ao mesmo tempo se proteger da retaliação que partia das forças militares, geralmente sequenciada de tortura, desaparecimento e morte. Considerados inimigos do país e contrários ao projeto de Segurança Nacional - que tinha como narrativa a proteção dos brasileiros contra um mal externo que tentava se infiltrar - os agentes já citados possuem suas próprias histórias a serem contadas como contraponto de uma narrativa pronta que os vandalizava, quando na verdade os algozes possuíam título e cargo político (POLLAK, 1993).

O segundo capítulo é destinado a tratar do Tortura Nunca Mais a partir das atribuições que o mesmo traz para o presente, pensando o objeto a partir da categoria de antimonumento discutida pelo crítico literário Márcio Seligmann-Silva (2014) e lugar de memória pelo historiador Pierre Nora (1989). Tais abordagens podem se complementar ao enxergar as dinâmicas com os acontecimentos noticiados pela cidade, as buscas por justiça, por melhores condições de vida e movimentos culturais e artísticos, por exemplo. Aqui a população assume papel de protagonista lidando e usufruindo da simbologia que envolve o Tortura Nunca Mais na tentativa de atribuir novas interpretações ao patrimônio público e sua disposição na cidade. Ainda abordamos o Tortura Nunca Mais, como local potencial de um sítio de consciência, categoria criada por Liz Sevchenko (2010), como forma de pensar espaços semelhantes que possuem memórias traumáticas atreladas a sua estrutura, mas que podem trazer soluções para problemas atuais.

A discussão no terceiro capítulo segue para pensar como esse patrimônio público sintetiza acontecimentos traumáticos e possibilitam a conscientização na chave do patrimônio. Destaco os movimentos sociais e culturais que forjam uma experiência museal no espaço público, em conjunto com ações de roteiros turísticos com cunho histórico pela cidade, potencializando, via educação patrimonial uma perspectiva dissidente do lado da história que geralmente não é oficial. Falo efetivamente de um circuito de prédios históricos que circundam o Tortura Nunca mais e que juntos compõe um conjunto de referências sobre a Ditadura e a luta de garantias de direito no qual muitas vezes se expressarem, desconfigurando a hegemonia de certos detentores da oficialidade da memória (CANCLINI, 1994; CHAGAS, 1999; HORTA, 1999).

Para a metodologia foi feita a revisão bibliográfica a respeito da história de criação do monumento Tortura Nunca Mais, utilizando não apenas referenciais teóricos, mas também notícias veiculadas do ano de sua inauguração em matérias do Diário de Pernambuco. Outros trabalhos a respeito da atuação de grupos contra ditadura também foram consultados para apontá-los a partir do viés de discursos oficiais e o contraponto da atuação narrada por seus próprios integrantes. De forma semelhante, as categorias a serem abordadas foram através de revisão bibliográfica que vinculasse o patrimônio às possíveis classificações que os mesmos podem inculcar em sua existência. Material audiovisual, como documentários e matérias jornalísticas também compuseram a pesquisa, ampliando fontes de informação para além do conteúdo escrito, onde conseguimos visualizar os indivíduos a quem são atribuídos os trabalhos. E não apenas isso, mas produções audiovisuais de problemáticas do presente que se assemelham no trato por parte das autoridades, situações de silêncio que marginalizam perfis da sociedade e omitem a verdade em prol das narrativas do opressor.

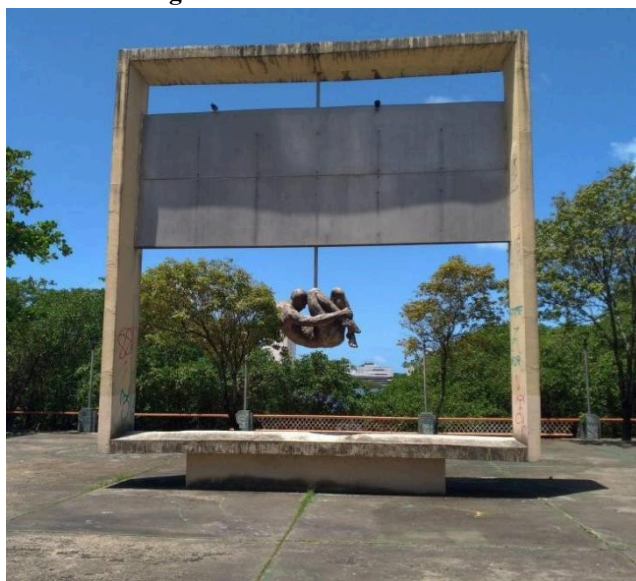
Para situações traumáticas como os acontecimentos da ditadura, a voz se torna o veículo adequado de propagação dos episódios de militantes sobreviventes desse período, existindo um acervo vasto para obtenção desses discursos que têm o potencial de fortalecer as narrativas. Foram acessados materiais secundários acerca da experiência desses agentes com suas entrevistas, documentários e depoimentos, onde nos objetivamos a dar relevância a essa contramemória.

1. O poder militar excessivo e as resistências sociais

1.1 Os “elementos subversivos” da Ditadura Militar em Pernambuco

O antimonumento Tortura Nunca Mais se localiza na Rua da Aurora, no centro do Recife e ocupa um espaço significativo dentro da Praça Padre Henrique, compondo uma junção de elementos referentes a memória traumática decorrente da Ditadura Militar (1964-1985). Trata-se de uma obra artística e arquitetônica que inicia um dos processos de retomada da narrativa dos acontecimentos históricos da cidade. Sua integração ao contexto urbano se dá com a reivindicação popular para a criação de um monumento que pudesse homenagear presos e desaparecidos políticos, o que garantiu a atuação do artista Demétrio Albuquerque que criou a escultura com referência ao pau de arara (objeto de tortura) e um indivíduo suspenso em posição fetal com o olhar direcionado para o Rio Capibaribe, como podemos ver na imagem abaixo. A busca pela materialização dos acontecimentos que antecederam o monumento Tortura Nunca Mais foram feitas pela organização não-governamental que carrega o mesmo nome do monumento, Grupo Tortura Nunca Mais, unindo esforços com familiares de pessoas perseguidas e mortas pela ditadura e ex-presos políticos, uma forma de ocupar o espaço público evitando o esquecimento daqueles que foram torturados e mortos no período da ditadura militar e principalmente rememorando para que tais acontecimentos históricos não se repitam (FERRAZ, 2007).

Imagem 1 - Monumento Tortura Nunca Mais



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

A ditadura foi um momento histórico que, devido à repressão e à censura, trouxe de

forma clara a relevância dos direitos e a liberdade dos cidadãos. Descontentes com as repressões e censuras, muitos tomaram como parte de suas causas pessoais a luta pelos direitos humanos, em busca de condições mínimas de viver em sociedade, direitos negados de forma autoritária por duas décadas no Brasil. Alguns grupos integravam a parcela social preocupada com o futuro do país no domínio militar, como o Partido Comunista Revolucionário Brasileiro (PCBR), e por isso, muitas vezes foram silenciados ou foram alvos de discursos distorcidos por parte do governo vigente em relação à sua atuação.

O historiador Maicon Ferreira (2014) traz contribuições relevantes de como foram pensadas as ações por parte do PCBR dentro do estado de Pernambuco, associando as ações do Partido a uma conscientização das massas que visava o desenvolvimento de um senso crítico e a possibilidade de aumentar a força política que se posicionava contra a Ditadura Militar. As ações tinham como objetivo aproximar grupos que possuíam problemas em comum quanto a seus trabalhos, envolvendo principalmente operários de fábricas e trabalhadores do campo, com vistas a reivindicar: previdência social, reajuste de salário, melhoria nas instalações dos locais de trabalho e um sindicato voltado para os interesses dos trabalhadores e não dos empresários, entre outras exigências que se mostravam urgentes para a execução de suas atividades. O autor ainda cita documentos feitos pelos operários que contestavam a realidade do que era propagado em contexto nacional pelos veículos midiáticos, por exemplo, quanto à execução de seu trabalho em domingos dobrados e o não pagamento do valor correspondente, benefício garantido pelos direitos dos trabalhadores operários. Já na Zona Rural, a opressão se associava à exploração nos latifúndios, com dados de alta taxa de analfabetismo desses locais, se tornou uma luta árdua a panfletagem que visava disseminar os objetivos da luta das massas, associado com algumas cisões dentro do PCBR, mas que teve papel fundamental junto às Ligas Camponesas. Com sucessos e insucessos, foram criados os Comitês de Fábrica e os Comandos de Engenho, nas fábricas e na Zona Rural respectivamente, para uma comunicação mais assertiva com lideranças locais e o partido, de forma a tornar os atos mais estratégicos para que não houvesse uma repressão que identificasse os integrantes desses grupos, afinal a investigação culminava diretamente em torturas e repressões violentas.

A presença feminina dentro desses partidos também pode ser percebida como algo aquém dos papéis de mulheres apoiadoras e contrárias à ditadura militar. A pouca presença feminina em lugares de saber e poder nesse período tem sua influência para com integrantes das duas partes, as ações que as colocariam como personagens atuantes nesse período as reprimiu de forma cruel no governo de Barbosa Lima. Segundo Ferreira (2014), nesse mandato houve uma ação de mulheres que eram contra programas de incentivo ao desenvolvimento de bombas atômicas que saíram às ruas para colher assinaturas de

simpatizantes a seus objetivos, em resposta, o governo as prendeu e torturou. Não apenas os clubes de mulheres na Região Metropolitana no Recife, como também as Ligas Camponesas tiveram seu momento em busca de melhores condições de vida, trabalho e solidariedade, colocando Pernambuco, segundo a historiadora Andréa Bandeira (2007), em primeiro lugar nos movimentos liderados por mulheres contrárias aos estereótipos sociais criados para elas, com posições delimitadas de onde deviam estar e ser em sociedade. Mesmo com a existência de grupos contrário ao governo vigente, dentro desses grupos que se declararam revolucionários a presença feminina era posta de lado por um aparente autoritarismo masculino que não foi exclusivo de quem possuía poder no país, em prol de uma dita luta que não garantia espaço a algumas parcelas que permaneciam subalternas em ambos contextos.

Para além da percepção estática dos papéis sociais, existiu uma articulação das mulheres que se enxergavam pertencentes a um contexto que as oprimia, e isso exigia a coragem das mesmas para atuar em passeatas em busca de direitos que as tirasse de uma condição inferiorizada perante os acontecimentos nacionais, e com a constância de movimentos que vinham acontecendo, o catalisador de seus atos permanecia socialmente ativo. A própria Associação das Mulheres de Pernambuco (AMP) preocupava o governo, com um noticiário que deixava clara a atenção voltada para o grupo e como sua existência incentivava a população a atos de resistência diante do poder vigente. Com o apoio de organizações com o mesmo objetivo em outros estados, como a União Feminina de Marupiará no Ceará, o grupo teve sua sede como alvo do poder público com a presença do DOPS- PE, organização responsável pela manutenção da ordem pública no estado, voltados a investigar e cessar quaisquer possíveis ameaças a relação de poder instaurada como forma de aviso. Até mesmo mulheres que apoiavam um modelo de família e Estado que estava de acordo com a Ditadura Militar tiveram sua luta minimizada, diante de um personagem histórico, unicamente masculino (BANDEIRA, 2007).

O problema de gênero não foi o único enfrentado pela população que se encontrava descontente com a ditadura. Uma possível segregação de gerações mais jovens delimitou e classificou a escolha de posicionamento por parte de estudantes que compunham o Movimento Estudantil (ME). Ferreira (2014) sintetiza que para além da juventude ser algo ligado à idade, esse é apenas um dos elementos que condicionam o “ser jovem”, está relacionado também com a posição social em que os indivíduos se encontram e mais ainda a um senso comum taxativo da inconstância no meio social quanto a escolhas, ideias, direitos e deveres. Para além de uma faixa etária delimitada, a própria dimensão do movimento contra a

ditadura integrava pessoas em diversos perfis, com um destaque nítido para o Movimento Estudantil que tinha uma parcela considerável de militantes que confrontavam o governo vigente, sendo também a maior fonte de adesão de indivíduos na luta política. A força atribuída à juventude do país como agentes dinâmicos em processos históricos ganhou notoriedade dentro do movimento social que estava acontecendo, a repressão os associava a desobediência civil e julgava seus atos baseados em ilegalidade desde que foram associados ao PCBR, interpretando seus atos de panfletagem, paralisações e assembleias como ameaças.

Os objetivos permaneciam os mesmos, levar conscientização sociopolítica à população, e para isso, o ME articulou uma imprensa alternativa que representasse um contraponto ao que a Direita Nacional apontava em relação aos atos promovidos pela Esquerda, ocupando um espaço de luta pela credibilidade e validação das informações que são compartilhadas, consolidando uma juventude contra a ditadura. Ferreira (2014) cita o exemplo da *Carta Aberta aos Professores* da Universidade de Pernambuco feita por um aluno de Engenharia, Cândido Pinto, que tinha como objetivo o chamado à uma luta conjunta de discentes e docentes contra o inimigo comum, uma forma de tornar sinérgica uma atuação que pudesse fortalecer o movimento, em vista as problemáticas nacionais que necessitavam de uma resposta na mesma intensidade a qual eram oprimidos. O autor da carta foi perseguido e baleado, situação que o deixou paraplégico, posteriormente a partir de investigações foi identificado que o crime foi cometido sob as ordens do Tenente Ferreira, conhecido por ser um dos militares torturadores do estado de Pernambuco. O integrante do governo conseguiu estar fora do país para que a justiça não fosse feita quanto a um ato contra a vida de outro brasileiro, visando um “bem nacional” que produzia males irrevogáveis (FERREIRA, 2014).

O historiador Erinaldo Cavalcanti (2015) vai nos dizer que o medo se tornou um elemento crucial para a Política Moderna, é nele que se ambientam as buscas por soluções diante das incertezas do presente e futuro diante de acontecimentos do passado. Com uma narrativa pronta a respeito de acontecimentos mundiais, o anticomunismo foi utilizado como elemento de maior relevância para a instauração da Ditadura Militar, sendo o direcionamento político comunista associado a um temor que materializava as incertezas de permitir a ascensão de seus defensores em território nacional. De forma mais direta,

“Foi um discurso que serviu para justificar ações, posturas, projetos, alianças e acordos. Os documentos demonstram como aqueles tempos foram marcados por inúmeras narrativas de distintas maneiras instituíam um clima de perigo, de ameaça e insegurança para uma parcela da sociedade. (CAVALCANTI, 2015, p. 25).”

Garantindo o apoio da população, a abordagem anticomunista por parte do governo pretendia ter o espaço para adentrar nos medos coletivos trazendo a população para uma luta

em comum e que claramente estariam à procura de algo e/ou alguém que os tranquilizasse em estar em segurança. Esse discurso da Segurança Nacional foi a ferramenta de obediência civil que colocava toda a população em situação de alerta constante para com pessoas e locais que frequentavam, com denúncias anônimas e apontamentos diretos do que eles considerassem alarmante para a manutenção de sua segurança (CAVALCANTI, 2015)¹.

Não menos relevante, a atuação dos advogados foi de extrema importância para todos os grupos já citados, esses profissionais, no serviço de suas profissões, possibilitaram a sobrevivência de diversos presos políticos que tiveram suas causas vencidas com os advogados que os defendiam nos tribunais. A perspectiva de “vencer” aqui não se encontra direcionada apenas para uma conclusão boa e sem consequências, no Dicionário Michaelis uma das definições da palavra vencer é “alcançar vitória ou triunfo; derrotar”, e vale lembrar que nesse período histórico apenas o fato de não se tornar um desaparecido ou morto de forma suspeita já podia ser considerada uma vitória pela parcela que estava sendo oprimida. Segundo o historiador José Felipe Gallindo (2018), em Pernambuco houve a atuação de alguns poucos advogados que fizeram toda frente em defender inúmeros casos de presos políticos, e para citar temos o exemplo da advogada Mércia Albuquerque que dava não apenas o apoio judicial, mas também fazia a comunicação de familiares com os militantes, além de organizar rotas de fuga e abrigar pessoas que estavam sendo procuradas como inimigos da dita Ordem Nacional. O Ato Institucional nº 2 trouxe uma classificação para a então oposição política que permeava os atos de resistência, fazendo com que os planos para a Segurança Nacional se organizassem tanto para ameaças externas quanto internas, e dentro do país se visava a eliminação do que passou a ser chamado de “elementos subversivos”. Tal atribuição foi dada para etiquetar qualquer força contrária ao regime político, adotando um Estado de Exceção que corroborou para que a força impositiva se tornasse a única opção.

Com a luta para que o exercício pleno da profissão pudesse ser exercido, houve muitas articulações informais entre os advogados de todo o país que se debruçaram em prol da libertação de presos políticos. O título de “subversivo” tinha os atingido de forma semelhante, aos indivíduos que possuíam filiação político partidária pelo fato de esses profissionais

¹ Outro exemplo citado por Cavalcanti (2015) foi o caso de um locutor da Rádio Cultura de Caruaru que estaria fazendo críticas ao governo vigente, utilizando de seu espaço para trazer à tona acontecimentos que sucederam o golpe, e a partir disso, uma denúncia anônima foi feita à delegacia para a averiguação das informações que estavam sendo veiculadas pelas transmissões de rádio da cidade que partiam daquele locutor. Com a chegada de tais informações da denúncia a Base da Aeronáutica do Recife, as mesmas informações tiveram acréscimos na denúncia que modificaram as acusações de forma a tomar como fato algo a ser investigado ainda. havendo uma adulteração das informações em reflexo a um temor de quaisquer faíscas oriundas da população civil contra os militares. Na mesma cidade, um caso no Banco do Brasil decorreu da mesma forma no que diz respeito a como a denúncia chegou e sua posterior mudança como uma espécie de adequação ao discurso nacional anticomunista e ao que qualquer desvio desse discurso poderia representar.

estarem tentando cumprir seus papéis perante a sociedade na tentativa de garantir a cidadania através de um julgamento anterior a qualquer decisão penal. Segundo Gallindo (2018), alguns problemas aconteceram em relação às informações que eram mantidas como oficiais por parte do governo, como os supostos inquéritos policiais que foram direcionados a Mércia Albuquerque, onde hoje no Arquivo Público de Pernambuco não possui nenhum registro de acusação formal ou mandado de prisão que sugerissem base para os sequestros e prisões sequenciais relatados pela advogada. Até mesmo os dados históricos em relação a quantidade de mortos e desaparecidos políticos tem levantamentos numéricos discrepantes entre o que um historiador norte-americano e a Comissão Nacional da Verdade conseguiu levantar, apontando para uma possível omissão de dados reais que possam trazer a veracidade necessária dos atos contra o direito à vida de cidadãos brasileiros praticados pelo governo.

Para além da profissão, foi um ato de humanidade para com a nação por parte dos advogados assumir a responsabilidade e os riscos de defender uma parcela que se encontrava sob a mira letal do regime militar, onde os relatos de Bóris Trindade apontam para uma articulação e estratégias de defesa e proteção dos advogados que os colocava as vezes em posição de defender presos políticos e outras em abraçar causas de militares, diretas ou de seus familiares, permitindo uma troca de favores que os dava certo espaço, mesmo que limitado, de atuação e contato para com seus clientes, um serviço muitas vezes que não foi cobrado, exprimindo um apoio significativo à liberdade dos movimentos estudantis, operários, femininos e de trabalhadores do campo (GALLINDO, 2018).

1.2 A luta por uma contra-memória

O sociólogo Michael Pollak (1989) nos ajuda a refletir a respeito do “não dito”, e cabe pensar o que não é verbalizado, visto e compartilhado, resultando em um gradativo esquecimento definitivo. A atribuição de algumas memórias classificadas como proibidas pode se dar em decorrência de narrativas oficiais de acontecimentos históricos que garantem a credibilidade total de situações em que existem mais de uma perspectiva, mas é um espaço em que vozes contrárias ao que vem a ser hegemônico ocupam um “não lugar” e são silenciadas para que não haja divergências que impliquem em abordar memórias de fatos traumáticos. A contestação acontece de forma árdua quando se trata de estar de frente com discursos oficiais que se encontram estruturados e organizados, se apropriando de um compromisso com a verdade e garantindo a confiabilidade da população. Em contrapartida, os grupos formados por uma parcela da sociedade que possuem experiências vividas e com desejo de serem

transmitidas, reivindicam a rerepresentação de um passado que possuía uma “história oficial”, na tentativa de não serem deslegitimados em decorrência do oficioso. A Ditadura Militar foi uma constante luta de vozes que experienciaram a ditadura em posições opostas: o opressor e o oprimido. Essas divergências, antes fossem apenas no âmbito ideológico, resultaram em consequências fatais a população, uma série de ações violentas que tinham o intuito de silenciar o que estava em desacordo com o poderio do regime militar.

Esse é o movimento comum de grupos sobreviventes de tragédias ao redor do mundo, a reivindicação de suas próprias narrativas que não necessariamente corroboram com a narrativa que lhes foi imposta por outros, o discurso do vencedor chega de forma rápida e intrusiva para ocupar o espaço da primeira palavra, cabendo aos que vierem posteriormente o papel não apenas de dar continuidade a verdade, mas de extrapolar suas habilidades de influência como forma de garantir a validação necessária. A busca por essa memória interna carregada de pessoalidade e vivência dentro de um contexto histórico é apontada por Pollak (1989) através das memórias subterrâneas, que são:

“(…) parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “Memória oficial”, no caso a memória nacional. Num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade. (POLLAK, 1989, p. 04)”

Essas tensões se mostram latentes em espaços onde há disputas, e imaginando que a cidade em si, aqui refletindo os centros urbanos carregados de seu poder ideológico, político, econômico e social, é um espaço de constante disputa de grupos sociais, onde minorias sociais e classes sociais com menor poder de decisão nas dinâmicas urbanas encontram o espaço para o embate.

Trazendo o monumento Tortura Nunca Mais para o contexto, a ocupação do que é público em homenagem a pessoas fatalmente silenciadas preconiza a ação de um silenciamento histórico que a materialização do monumento não permitiu, e isso ressoa desde o momento de sua inauguração em 1993, um espaço hoje que integra uma praça, mas que possui um fluxo constante de movimentos sociais que o posicionam em seus roteiros como início ou culminância de suas pautas. A memória coletiva exerce sua força nesses locais que são caracterizados como signos de acontecimentos da esfera social que podem não possuir a proporção das atrocidades da Ditadura Militar, mas que possuem integrantes que visam os mesmos objetivos dos que se encontram homenageados pelo monumento. Tanto os museus quanto os monumentos são apontados como propostas de manutenção da memória que se busca salvaguardar, associando a isso espaços com objetivo cultural e patrimonial que possuem suas respectivas nomenclaturas que não necessariamente são oficiais do campo da Museologia ou das vertentes do patrimônio como o conhecemos oficialmente, mas que integram elementos que tem o objetivo em comum de garantir certa imortalidade ou ao menos o não esquecimento (POLLAK, 1989).

A revisitação de episódios históricos expõe de forma clara disputas pouco equilibradas, o que destacamos é a busca de um espaço que traga a memória coletiva que não possua apenas uma percepção atribuída como verdade absoluta e aceita sem objeções. Experiências de grupos oprimidos e silenciados são descredibilizadas em detrimento de propostas nacionais que são anteriores e não integram parcelas sociais tidas como minorias, e mesmo que esse espaço seja de lutas e tomem o conhecimento da população, narrativas oficiais se consolidam por, segundo Pollak, sua “duração, continuidade e estabilidade”. Essa perspectiva da memória coletiva proposta por Halbwachs e revisitada por Pollak (1989) traz à tona o poder de coesão social que as narrativas possuem, uma forma de aproximar e agregar a sociedade trazendo para o centro algo que inconscientemente faça parte do senso comum e seja visto como um fato no contexto histórico e social.

Não podemos esquecer, entretanto, a existência de outras verdades. Ao passo que encontramos a coesão, por meio de narrativas que unem indivíduos, podemos questionar a possibilidade de haver a coerção no uso de alguns acontecimentos impulsionando apenas uma perspectiva, generalizando a situação e sempre sob o ponto de vista do vencedor. Os silêncios se concretizam nesse interlúdio, o espaço entre o que o Estado e outras esferas de poder nos dispõe e a realidade pessoal de indivíduos que se encontram em processo de superar situações traumáticas e não se encontram dispostos a compartilhá-los de forma imediata após os ocorridos.

Aqui podemos pensar no que o sociólogo Carlos Aguirre Rojas (1998) discute sobre a contramemória, sendo essa uma forma de pensar no passado sem negar a existência de uma fragmentação da memória através dos indivíduos, possibilitando a realidade de outros passados que podem ou não se contrapor. Quando vozes distintas discordam de uma memória a partir da posição em que se encontram e algumas assumem papel protagonista em relação às outras, se cria uma hierarquia de quem são os vencedores e os vencidos no que tange às narrativas. Alguns aspectos são validados como forma de manutenção do discurso que já existe para não criar tensões com potencial de modificar a legitimidade dos fatos. Quando se trata de dar voz aos indivíduos não podemos ser acrílicos ao tratar do passado, é necessário que ele seja retomado para que novas configurações possam ser transmitidas e consideradas como parte integrante de uma história longe de ocultamentos. O autor ainda atenta para lembrarmos que narrativas são manipuláveis, elas não são construídas para serem representativas de toda sociedade de forma genérica, são formas de grupos específicos garantirem sua hegemonia perante a sociedade com as memórias que os mesmos detêm, e quando isso está atrelado a poder econômico, político e status social, garante força suficiente para não haver refutação.

A contramemória não é uma ferramenta que se opõe sem fundamento a uma memória

existente e bem aceita, é justamente uma forma de agregar outros discursos que apresentam a multiplicidade em tratar de um mesmo assunto. Podemos pensar que sempre existirá uma reação da sociedade perante acontecimentos que são narrados por outros e que os colocam nessa ou naquela posição, todos possuem o direito de serem ouvidos e apresentar as suas nuances quanto a um ocorrido que os incrementa como atores de um episódio que carece de memórias diversas quanto a posicionamento e ideologias. Não devemos limitar o passado em prol do discurso, sua interpretação pode garantir soluções para o presente e seus problemas que refletem um eco de um passado inacabado, com isso podemos estar mais atentos aos sinais de questões que suscitam atuações anteriores que podem ser prejudiciais a toda população (ROJAS, 1998).

Para além do aspecto histórico, ditaduras militares e governos autoritários que adotaram outras nomenclaturas garantiram que seu poder ideológico afetasse o cotidiano das pessoas através do medo e da opressão, aqui é onde a historicidade pautada em registros documentais e provas históricas pode abrir espaço para a linguagem oral. Algumas outras situações distintas, mas que implicam em narrativas pouco contemplativas de grupos que sofreram em seus territórios com o contexto político e de guerras, como os crimes cometidos no governo de Stalin na Rússia, os judeus deportados e que voltaram a viver na Alemanha após a Segunda Guerra Mundial e soldados alsacianos recrutados de forma forçada pelos alemães também durante a Segunda Guerra Mundial, exemplificam alguns perfis de resultados após essas estruturas de opressão (POLLAK, 1989). Nesses episódios históricos já foram relatadas as presenças de grupos marginalizados como prostitutas, ciganos e pessoas LGBTQIAPN+ que não possuíram espaço para tratar de suas opressões nas narrativas oficiais, diferente de outros perfis que são apontados pela História como a conhecemos, a exemplo grupos religiosos como os judeus. Esse apagamento dos crimes cometidos contra outras minorias que se mostraram pouco relevantes para fazer parte da história oficial, só foi possível ser resgatado através da história oral, com relatos de experiência por parte dos sobreviventes, onde Pollak (1989) reforça que,

“Muitas vezes também o silêncio das vítimas internadas oficialmente nos campos por motivos outros que não "políticos" reflete uma necessidade de fazer boa figura diante das representações dominantes que valorizam as vítimas da perseguição política mais que as outras.” (POLLAK, 1989, p. 10)

Situações traumáticas podem resultar em situações que o silêncio do oprimido se

torna uma forma de se distanciar dessa memória que causa o medo e outras sensações desagradáveis, se associarmos isso a inexistência de representantes na esfera política e social, poderemos perceber a debilidade em recontextualizar a presença e experiência de grupos não assistidos. É importante ressaltar que esse estado não é constante, compreendemos que a presença de grupos distintos em um mesmo local gera disputas de narrativas onde é possível se escutar vozes diversas que apontam para um mesmo problema ou questionamento partindo de direções antagônicas, trazendo à tona não apenas a memória coletiva, mas memórias que podem complementar ou reivindicar os acontecimentos para si. Trazendo para o Brasil, na concepção de que a memória coletiva se confunde com a memória nacional, percebemos a permanência de discursos que reverberam e são representativos, mas não totalizam as concepções de “nação”, se torna utópico imaginar que não existam partes excluídas dessa estrutura social que se (auto) denomina brasileira. A oralidade pode funcionar como instrumento para o compartilhamento das lembranças desses grupos, se publicações oficiais creditadas e com visibilidade não fornecem espaço para garantir que a voz de grupos oprimidos e por vezes marginalizados não sejam escutadas, a resistência está em manter viva a memória junto a familiares e amigos que se posicionam de forma dissidente ao que vem a ser veiculado e transmitido a nível nacional (POLLAK, 1989).

Não podemos negar a existência de conteúdo audiovisual a respeito das memórias traumáticas oriundas de sobreviventes nas mais diversas situações em contexto global, uma estratégia de garantir que a lembrança não seja perdida, sendo parte representativa dos acontecimentos em questão. Porém, a dinâmica do que consideramos nacional não assume pauta no que diz respeito a esse tipo de memória. O apoio da ficção inspirada nos acontecimentos reais não consegue sobrepujar a potência que existe do “mundo real”, sem o acesso na íntegra dos elementos que asseguram essas produções, omitindo a possibilidade de transmissão séria e respeitosa para com a sociedade do tema em questão.

O documentário intitulado *Marighella* (2019), por exemplo, dirigido por Isa Grinspum Ferraz, disponível na Netflix, aborda episódios na Ditadura Militar que cercavam a vida do militante e líder do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Carlos Marighella. A narrativa trazida na produção audiovisual se dá a partir das falas de pessoas que eram contra a ditadura, parentes e amigos que faziam parte dos círculos sociais do líder em foco e que trazem suas percepções de experiências que viram e viveram em tempos de constante aflição e temor pelas suas vidas e de outros. Em trechos dos depoimentos se percebe a busca por um fechamento total das opções políticas no país, era contra essa e outras injustiças sociais das massas que esses indivíduos seguiram Carlos Marighella em suas lutas através de uma atuação que demonstrava que o governo vigente possuía suas fraquezas, e que de alguma forma a população conseguia se articular para transpor essas barreiras. É nítida a existência de uma consequência inerente às articulações propostas por Marighella, próximos de destinos

que os colocariam junto a outros mortos e desaparecidos políticos, e mesmo sem espaço para serem escutados, suas presenças ampliaram as dimensões da existência de um grupo de oposição com a concretização de seus planos contra o regime militar. Uma fala que traduz toda a incerteza de ser militante em momentos de alto índice de mortes por ser oposição de um regime vigente e opressor é dita no documentário: “a opção de vida ou morte era algo do dia- a-dia”. No fim das contas, o grito mudo acontecia de uma forma que o barulho ressoava através de mais outros indivíduos que viviam suas lutas e que estavam cientes dos riscos, mas visando algo maior para alcançar a dignidade e liberdade de viver e pensar de formas controversas, distintas e múltiplas.

Trazendo para um contexto de protagonistas contemporâneos, outro exemplo para exprimir como a produção audiovisual traz corpos marginalizados ao protagonismo de suas vivências é o documentário produzido pelo antropólogo Hugo Menezes Neto, a doutora em Comunicação Iomana Rocha e o museólogo Andrey Leão, chamado “É o que guardo dele”², relatando uma chacina que aconteceu em Belém (PA) que ocasionou a morte de 11 jovens por indivíduos encapuzados nos dias 04 e 05 de novembro de 2014, uma série de crimes que viu impunidade por parte da justiça do estado e que deixou familiares em uma luta incansável para garantir que a morte de seus filhos, irmãos, sobrinhos e netos não passasse despercebida. As roupas e objetos guardados assumiram a conotação de contramemórias que persistem em busca de espaço para que a voz dos que podem falar da vida pessoal dos cidadãos mortos seja o contraponto do discurso que criminaliza alguns perfis na sociedade. Viver em locais de periferia os insere em um estereótipo de pessoas pobres, negras e periféricas que os condiciona a ser alvo da ação brutal exercida por esferas de poder que buscam a higienização urbana, que para além da vontade de afastar a comunidade classe média-baixa dos centros urbanos, coordena ações fatais como a chacina ocorrida em Belém.

1.3 O que diz o Tortura Nunca Mais

Podemos refletir sobre como o monumento Tortura Nunca Mais possui interpretações semelhantes ao caso de Belém, citado acima, no que diz respeito ao que não deve ser esquecido e como foram alcançadas algumas conquistas quanto aos presos, torturados e mortos no período da Ditadura Militar. O formato físico que os objetos têm, como as roupas

²Link do filme no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=jmp-8bv01RQ>. Acessado em 14/03/2024.

dos jovens mortos na chacina em Belém, são signos para que os movimentos sociais tenham força de existir, funcionam tanto como prova de verdades pouco disseminadas quanto como matéria física de uma articulação que não cessa enquanto não houver lideranças públicas que escutem os gritos por justiça. Pollak (1989) nos provoca em sua fala a respeito de como o silêncio pode condicionar os grupos sociais em escalas maiores no contexto de uma judia deportada que volta a viver em Berlim,

“(...) o silêncio, além da acomodação ao meio social, poderia representar também uma recusa em deixar que a experiência do campo, uma situação limite da experiência humana, fosse integrada em uma forma qualquer de "memória enquadrada" que, por princípio, não escapa ao trabalho de definição de fronteiras sociais.” (POLLAK, 1989, p. 12).

Tais experiências, aqui vistas como “situações limite”, não escapam de serem geridas pelos discursos em processos de origem, como aconteceu e por que aconteceu, não levando em consideração a memória de indivíduos que escolheram seguir suas vidas distantes do trauma decorrente desses episódios. Não iremos tratar aqui das condições psicológicas oriundas desses contextos, mas podemos supor que são condições naturais de ser e estar em sociedade após algo que se torne uma memória forte para ser esquecida e difícil para ser revisitada por parte dos sobreviventes.

A garantia da escuta através dessas produções encontra espaço para além do grupo de parentes e amigos, é diante de situações extremas que se encontra a vontade de luta em prol do não esquecimento. Alguns percalços podem ser encontrados em decorrência do tempo, não existe certeza que as lembranças atravessem gerações de forma intacta, o que não podemos é exigir a credibilidade que foi dada apenas para as narrativas oficiais, sempre havendo um discurso funcionando como uma contraproposta que é sob o jugo de apontamentos referente a confiabilidade, prova e compatibilidade, tomando tais narrativas oficiais exclusivas em afirmar uma verdade absoluta. Mais uma vez, a memória se caracteriza em sua realidade de conflitos, o deslocamento das reivindicações faz parte da relação complexa que ambienta não apenas os fatos históricos, mas também os sentimentos pessoais de pessoas sem poder e voz que tiveram parte de suas vidas desfiguradas ou simplesmente esquecidas em prol de um sistema composto de memórias passíveis de revisão crítica (POLLAK, 1989).

A integração de história, emoções e aspectos sensoriais não é exclusiva de produções cinematográficas, podemos perceber no monumento Tortura Nunca Mais que o trabalho artístico ali feito tem como intenção exprimir o sentimento que perpassa os sobreviventes das violências sofridas nesses período. Uma de suas possíveis interpretações é o olhar da figura humana direcionado para o Rio Capibaribe, um local distante do ambiente em que o indivíduo sofre a violência no pau de arara, onde se presencia algo que como sociedade não

devemos repetir. A variedade de sentidos empregada na obra do artista piauiense deve ser ressaltada para não cair na falsa imagética de imagem apenas de dor e sofrimento, mesmo se tratando de uma memória traumática, existe algo de esperançoso que permeia o subjetivo nas interpretações que são direcionadas ao (anti)monumento (perspectiva que será melhor abordada no próximo capítulo) algo que potencializa mudanças de caráter social para grupos silenciados e marginalizados no contexto urbano atual. O Tortura Nunca Mais pode também expressar uma verdade, resistência e funcionar como símbolo de mudança que difere de outros monumentos pela cidade que mantém seus sentidos enraizados.

O uso de elementos que conseguissem deixar a população em alerta para ameaças que entrariam no país foi a forma de garantir influência e preocupar os brasileiros, aqui está o poder do discurso. Existia uma manipulação política que buscava validar a narrativa oficial através da comoção da população, a fim de credibilizar o que o governo decidia e não o que a população civil poderia contestar. O medo foi, e continua sendo, uma ferramenta para a aproximação dos cidadãos que se sintam ameaçados por um mal que pode ou não existir, mas a sua menção corrobora para que a cognição humana torne esses medos reais. Os problemas governamentais que ambientaram o país como um local de fome, inflação e problemas econômicos foi utilizado como forma de associar esse modelo de existência ao comunismo, um inimigo fantasmático e meramente retórico, não assumindo as responsabilidades de uma política despreparada e até não intencionada em garantir direitos dignos à população, uma situação de sobrevivência vinculada a padrões políticos, éticos e morais violados (CAVALCANTI, 2015).

Existe um interesse sazonal com relação a alguns espaços de uma cidade como Recife, selecionando de forma arbitrária quando serão fornecidos subsídios e recursos que implicam na atenção dada a determinadas problemáticas urbanas que ainda persistem. Nesse caso, a ocupação dos espaços por parte da população se torna um movimento que não segue o ordenamento do que está em destaque ou possui o alcance apoiado pelas esferas de poder, traz justamente o viés do que não está sendo contemplado e passível de esquecimento intencional para o foco das questões sociais. Cabe pensar a respeito de áreas da cidade que foram destituídas de seus usos e funcionalidades, e que por conta de sua localização se tornaram alvos de especulação imobiliária visando empreendimento do setor privado que não tem por objetivo a adesão social de comunidades que vivem ou sobrevivem nesses locais. Sem o entendimento da patrimonialização e o ato de patrimonializar, de fato, as lutas por essas áreas se tornam um trabalho árduo e de pouco apoio local à manutenção e busca por melhores condições de uso através da revitalização por parte de governos locais. Uma premissa que, por

exemplo, fez parte da disputa pelos galpões do Cais José Estelita entre o grupo consórcio Novo Recife e o movimento Ocupe Estelita que começou a ocupar o local em 2012.

Apesar dos resultados a favor do Novo Recife, esse exemplo nos traz à tona como as disputas pela cidade podem garantir a hegemonia de alguns grupos e provocar o esquecimento da ação e atuação de outros, as contendas existentes não denotam apoio em relação a minorias e perfis periféricos que se impulsionam a agir de forma a garantir que sua existência seja humanizada. Como garantir que os elementos constituintes da cidade que não corroboram para uma narrativa oficial se mantenham, mesmo que inseridos em um contexto urbano de deslocamentos constantes no que tange aos interesses públicos e privados? Até com o protagonismo social na ocupação desses espaços, enfrentamos o esvaziamento decorrente da ausência de investimento que criam zonas de violência e um estado constante de medo, ingredientes base para garantir a posse dos que têm mais a oferecer economicamente e que favorece o discurso do opressor (CAVALCANTI, 2015).

O Movimento Estudantil, Ligas Camponesas, Movimento Operário e Associação das Mulheres de Pernambuco são casos que nos trazem alguns questionamentos: quem é esse sujeito histórico que tem a voz que reverbera como um conjunto de aspectos sociais, políticos e ideológicos atribuindo a si a posição de representar toda uma sociedade? Seria possível obter esse êxito quanto às nuances que existem de gêneros, camadas sociais, raça e posição socioeconômica em território nacional? Por tais situações podemos perceber como parcelas sociais foram refutadas quanto a suas propostas de intervenção na conjuntura nacional, associados sempre a um mal comum do comunismo que foi usado para amedrontar a população e fortalecer o golpe como uma espécie de protetor nacional contra a ameaça comunista que se instalava no país. Se deixarmos de lado o posicionamento político, percebemos o silenciamento de uma parcela dos cidadãos, um grupo que era justamente contrário ao governo, suas atuações eram descontinuadas e desconfiguradas em prol da unilateralidade dos que estavam no poder. Para quem mais esse governo estava a serviço senão aos que se tornaram passivos as interpretações e posicionamentos dos que conquistavam gradativamente a sua hegemonia?

O monumento Tortura Nunca Mais é um símbolo de parcelas que atuaram em resistência ao regime militar contra a opressão generalizada e a destituição dos direitos da população brasileira, esse lugar que se torna um ponto que resgata a memória de lutas que não podem ser esquecidas. Assim como outras lutas urbanas pela ocupação dos espaços públicos, o Tortura Nunca Mais é um espaço que saúda e homenageia a atuação da população, memória pouco atribuída ao nacional em detrimento de ser uma temática sensível, mas que é uma

memória viva para familiares e amigos desses indivíduos que tinham nomes, carreiras, relações sociais diversas e o sonho de um país melhor. Com isso ambientamos o assunto para tratar desse monumento na perspectiva de um “lugar de memória” na definição do historiador Pierre Nora (1993) e também como um indicador de novos objetivos para a construção de obras escultóricas em espaços públicos com outros objetivos que diferem do saudosismo de personalidades integrantes da História oficial do país.

2. O Tortura Nunca Mais como elo entre o passado e o presente

Os patrimônios públicos nos centros urbanos manifestam muitos sentidos sociais e memórias, sendo atravessados pelas relações entre indivíduo e objeto/símbolo e enxergados pela sua relevância no presente. O monumento Tortura Nunca Mais pode ser interpretado como um lugar de possibilidades, sejam elas direcionadas para os movimentos sociais ou intervenções culturais, é um bem a serviço de todos e da dinâmica da cidade. Este capítulo vai tratar sobre como O Tortura Nunca Mais pode ser percebido como antimonumento e lugar de memória, associando essas interpretações aos acontecimentos que o circundam. Enxergando essas categorias como algo do presente, podemos refletir sobre as convicções do momento atual da sociedade, que também corroboram para outras percepções, como os sítios de consciência para enriquecer as reflexões sobre locais mantenedores de memória.

A produção de um patrimônio nacional tem servido como base para a construção de uma memória como narrativa oficial sobre a experiência coletiva, direcionando a sociedade para uma identidade social e posicionamento em meio aos elementos que nos cercam. Pressupondo a existência de formas diversas de ser e estar em sociedade, refletimos a respeito do que não é contemplado pela narrativa generalizante oriunda de uma história tida como oficial, ponto comum de países que passaram por períodos políticos de opressão aos direitos civis. O crítico literário Márcio Seligmann-Silva (2016) aponta o século XX como um período do desenvolvimento de ideologias fortes com mudanças na percepção identitária, deslocando as narrativas para construções menos coletivas e mais individuais. Nesse sentido, podemos entender o coletivo como a síntese das parcelas individuais, e não a sobreposição de um sistema único que pudesse ditar a historiografia para grupos distintos. Essa percepção coletiva se direciona para uma visão ficcional, narrando e escondendo o que de fato foi vivido no Brasil. Diante de uma percepção de maior apropriação da contramemória individual e coletiva e sua assimilação crítica no presente, podemos iluminar questões acerca do monumento Tortura Nunca Mais como formas de confrontar as narrativas impostas, assumindo aqui a categoria de antimonumento.

O resgate da memória acaba sendo uma ocasião de escolha do que desejamos lembrar ou esquecer, isso implica em pensar nas consequências posteriores a essa decisão, possibilitando uma reflexão sobre acontecimentos históricos que não possuem apenas uma abordagem. O monumento em questão pauta a escolha de não esquecer o que aconteceu com presos políticos no período da Ditadura Militar no estado de Pernambuco, assumindo o status socialmente reconhecido de materialização física e crítica de narrativas sobre formas de lidar

com a morte, prisão e desaparecimento de cidadãos que foram contra o governo vigente. A existência de memoriais e homenagens a vítimas da ditadura se associa à tentativa de aprofundar a reflexão a respeito dos episódios, alguns aqui já citados no capítulo anterior, com a finalidade de não permitir a gradativa perda dessa memória e interpretação acrítica dos acontecimentos ora narrados por civis e ora pelas autoridades vigentes, como Seligmann-Silva (2016) nos lembra,

“(...) a memória não é apenas um ‘bem’, mas encerra ainda uma carga espectral que gostaríamos muitas vezes de esquecer, ou enterrar, da maneira como fazemos com nossos mortos. Esse passado que não quer passar é também um íntimo conhecido nosso (...)” (Seligmann-Silva, 2014, p. 50).

A luta pelo espaço e local de fala se encontra nesses processos da memória, o ato de “não esquecer” faz parte dos movimentos sociais e políticos contra a Ditadura Militar, e esses embates acontecem tanto por reivindicação de grupos sociais oprimidos quanto pelo governo vigente em prol das imposições do estado alerta de Segurança Nacional. O Tortura Nunca Mais se posiciona como memória dessa repressão, aqui não mais celebrando como outros monumentos da cidade, mas recordando um passado doloroso que não podemos repetir, a partir de uma noção clara de violação direta dos direitos em sociedade (SELIGMANN-SILVA, 2016).

A abordagem de antimonumentos trazida por Seligmann-Silva (2016) aponta que nesses marcos há traços de uma síntese de passado e do presente, com uma analogia ao culto aos mortos comuns de rituais da antiguidade e uma nova abordagem de esculturas públicas que difere da comemoração e saudosismo que estamos habituados a presenciar. Vale ressaltar que a reinterpretação de um evento traumático tem a intenção de refletir uma realidade que se baseia em novos valores sociais, ideológicos e políticos, proporcionando uma dinâmica analítica e crítica da relação entre o passado e o presente no cotidiano que vivenciamos em sociedade.

Essa nova leitura de episódios traumáticos que os antimonumentos propõem se direciona para o compartilhamento de aspectos mais subjetivos dos eventos, expõe uma relação direta dos indivíduos com a situação em questão e como isso afetou suas vidas, possibilitando o resgate de episódios pessoais para pauta como algo relevante e não apenas com a atenção voltada para uma historiografia documental e/ou científica. A literalidade desse tipo de intervenção, no entanto, não consegue abarcar a subjetividade inscrita nas relações entre os indivíduos e os eventos, tais discursos que carregam uma carga pessoal acabam não sendo contemplados por esse modelo científico, o que requer um espaço diferente para essas contribuições. Os antimonumentos são um tipo de patrimônio que para Seligmann-Silva (2014, p. 51) “abandonam a retórica da ‘memória escrita em pedra para sempre’ e optam por matérias e rituais mais efêmeros, apostando justamente na força das palavras e dos gestos,

mais do que no poder das representações bélicas.”

São as interpretações dinâmicas que tornam o antimonumento como parte da memória da sociedade, e não de uma história estática sem proposta de mudanças que não acompanham as novas relações em sociedade e seus respectivos princípios. O Tortura Nunca Mais dialoga no presente com as ações que acontecem na cidade do Recife, a medida que os movimentos sociais e culturais acontecem e culminam no seu entorno. Podemos refletir sobre as novas atribuições dadas ao monumento Tortura Nunca Mais, como o encontro de grupos que possuem finalidades sinérgicas de reivindicação no antimonumento a serviço da memória da luta pelos direitos humanos e sociais, trazidas para o contexto do presente.

Alguns exemplos relatados em matérias publicadas pelo jornal Diário de Pernambuco³ detalha os atos que aconteceram no começo do ano de 2023 após a posse do Presidente Luís Inácio Lula da Silva e a posterior invasão ao Palácio dos Três Poderes ocasionando a depredação do patrimônio público, o que moveu o país todo em movimentos que tinham como objetivo a criminalização das pessoas que participaram dos atos antidemocráticos que incluía não apenas civis, mas apoio de pessoas e militares que trabalhavam na segurança e proteção do dia dos ataques. Em Recife, como podemos ver na imagem abaixo, o ato teve apoio da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e do Partido PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) que saíram da Praça do Derby e foram em direção ao Monumento Tortura Nunca Mais, na Rua da Aurora. Outra manifestação que ocorreu no mesmo ano foi devido a um projeto de lei de conversão que previa uma taxa de 5% dos investimentos direcionados para a rede Sesc e SENAI realocados para a Embratur, o que gerou a comoção de colaboradores, representantes e alunos das instituições que foram às ruas para protestar e pedir que a lei não fosse aprovada. O ato que se iniciou na Avenida Visconde Suassuna, sede da instituição, e tinha como ponto final o Monumento Tortura Nunca Mais⁴.

Imagem 2 - Ato em defesa da democracia

³ LIMA, Jairo. Ato em defesa da democracia acontece no Recife. Movimento Econômico, 08 jan. 2024.

⁴ FRANZA, Renan. Sistema S protesta contra perdas para Embratur. Diário de Pernambuco, 17 mai. 2023.



Fonte: Movimento Econômico, 2024.

Esses episódios nos levam a pensar no papel social que desempenha o Tortura Nunca Mais, abrigando acontecimentos na cidade que incitam as pessoas a se posicionarem contra algo que está vigente ou contra seus incômodos sociais, políticos e econômicos. Ele existe como uma localização de referência no Recife para que os movimentos urbanos aconteçam, seja como ponto de partida ou culminância. A simbologia de um passado que não se deseja repetir e o porquê da criação do Tortura Nunca Mais atualizam a relação da sociedade com eventos críticos, que podem ser traduzidas como lutas do presente no enfrentamento às decisões excludentes no âmbito social, político e econômico (SELIGMANN-SILVA, 2016).

Outro exemplo pode ser dado, também com matéria no Diário de Pernambuco⁵, pelo Projeto Urbe-se⁶ que tem como enfoque os espaços públicos que possuem sua história voltada para lutas sociais e políticas pela cidade. O projeto ocorre na Casa da Cultura e no Monumento Tortura Nunca Mais, como ilustra a imagem abaixo, eles são o foco da produção de artistas contemporâneos com suas respectivas formas de arte, performances, designs sonoros e projeções em fachadas e/ou murais, possibilitando novas relações entre o público e os locais simbólicos em questão. A artista pernambucana Beatriz Rodrigues fez uma de suas intervenções visuais no monumento como forma de trazer sua perspectiva do afrofuturismo, fazendo projeções também de máscaras indígenas e imagens da ex-vereadora Marielle Franco, assassinada em 2018, diretamente na estrutura do Tortura Nunca Mais. Intervenções culturais também são formas de pensar a cidade e ocupá-la no presente para públicos que persistem em tornar o meio urbano possível para suas existências, ocupando espaços até então visibilizados apenas em momentos oportunos, mas que possuem valores simbólicos relevantes para pensar

⁵ Projeto ocupa ruas do Recife para ressignificar espaços urbanos. Diário de Pernambuco, 30 jan. 2019.

⁶ O Projeto Urbe-se, criado pela arquiteta Lúcia Padilha e o músico Gabriel Furtado, foi um projeto apoiado pela Funcultura e Governo do Estado com o objetivo de propor intervenções em construção na cidade que possuem representatividade de lutas sociais e políticas. As ações aconteceram nos dias 01 e 02 de fevereiro de 2019 na Casa da Cultura e no Monumento Tortura Nunca Mais, respectivamente.

toda a dinâmica existente na cidade. Com o direito à memória, podemos torná-la parte do presente, se distanciando de um perfil de memória apoiado no passado que credibiliza apenas uma rede de conhecimento e informação consolidada, para se unir a uma dinâmica fluida integrando outros agentes sociais. Entendemos aqui o presente como constructo de uma história que um dia será passado e possibilitará novas interpretações de acordo com os valores que correspondem a noções do “agora”.

Imagem 3 - Intervenção cultural do Projeto Urbe-se no Tortura Nunca Mais



Fonte: Facebook, 2019.

A (pseudo)imortalidade do patrimônio e da memória, tratada por Seligmann-Silva (2016), também é uma questão a se pensar, se tratando de um viés confinado que alguns monumentos acabam se fixando em seus valores e sentidos. Pensar na finitude como um futuro natural do patrimônio pode ser a solução para conseguirmos enxergá-lo como algo do presente, que precisa ser tratado agora e a partir do momento em que vivemos para não cair no esquecimento. A identidade não se desenvolve a partir de um olhar fixo do passado, manter monumentos públicos aficionados a tal abordagem os distancia das trocas diárias com a população.

O artista e crítico da arte Jochen Gerz, citado por Seligmann-Silva, se posiciona contrário a modelos semelhantes de uma arte estática, deixando claro o seu descontentamento com os museus tradicionais e sua expografia estática tanto fisicamente quanto em relação à temporalidade discutida. O crítico reflete sobre obras na Alemanha que interagem com os transeuntes e que por isso tem limitada vida útil que as fazem incapazes de representarem a

(pseudo)imortalidade. Pensar no patrimônio dessa forma pode ser uma armadilha que confina os bens a valores e sentidos que podem não ser pertinentes na posteridade, próxima ou distante. Os monumentos do século XX, tal qual o Tortura Nunca Mais, servem como forma de entender essa relação qualificada e finita com os espaços urbanos. O crítico da arte aponta para o resgate dessas obras que ficaram enquadradas em um passado que não dialogam com os cidadãos, alertando que a manutenção desse modelo fixo resulta no desinteresse público, estando os monumentos num local físico e simbólico que não representa, identifica ou rememora os atores sociais (SELIGMANN-SILVA, 2016).

Podemos pensar a respeito do constante devir que algumas obras conseguem adquirir em seus respectivos espaços, agregando ou perdendo constantemente novos valores e novas funções. Aqui podemos perceber um enfoque na forma como os objetos são assimilados, o Tortura Nunca Mais assume uma postura de local que é alvo de diversas interpretações, essa é a forma do objeto se relacionar com a sociedade do presente, garantindo que os que usufruem da sua simbologia tenham papel protagonista nas relações existentes no meio urbano. Seja através dos movimentos sociais ou de manifestações culturais, o antimonumento circula garantindo novos propósitos para sua materialização.

Dentro da Museologia podemos encontrar várias formas de pensar os processos de valorização aos objetos, isso depende em partes do viés das instituições museais. Com as diversas tipologias de museu (museus tradicionais, museus comunitários, ecomuseus, museus de território, museus a céu aberto, entre outros) percebemos que não existe uma forma enquadrada e única de classificar e interpretar os objetos, são leituras que se encontram distintas e que adotam características relacionais de acordo com seus respectivos espaços. Esses locais, quando tratados em conjunto, representam a possibilidade de transbordamento de sentidos para com os objetos, tornando possível que um mesmo objeto consiga ser interpretado de diversas maneiras se inseridos dentro de alguma dessas tipologias de museu. As disputas não deixam de acontecer dentro desses espaços e o poder da narrativa está sempre em evidência, Brulon (2015) deixa claro:

Os embates e lutas para se impor uma visão de mundo estão tão presentes nos grandes museus de arte da Europa quanto nos museus comunitários desenvolvidos por habitantes que não compartilham dos códigos culturais das elites cultivadas. (Brulon, 2015, p. 33)

Os objetos podem ser assimilados através da objetividade, subjetividade, unificação ou distinção, por exemplo, a confluência desses direcionamentos denota a dinâmica no trato que podemos direcionar ao patrimônio. Essas tensões acontecem dentro e fora dos museus e/ou instituições culturais, é para esse tópico que chamamos atenção para a contribuição de Bruno

Brulon Soares (2015), que versa sobre o protagonismo de vozes que anteriormente podem não ter sido credibilizadas, nesse caso no meio urbano de indivíduos que compartilham suas interpretações dos objetos diante de seus próprios referenciais. Entendemos que existe algo de intrínseco aos objetos, que parte das motivações de sua criação e permanência da sua existência, mas não devemos encarar essa relação como a única forma de abordamos o Tortura Nunca Mais. Os exemplos dados indicam que apenas um trato da memória não contempla a presente atividade que circunda e locomove o monumento desse lugar físico para o campo simbólico e interpretativo. Se os corpos do presente concedem novas interpretações que potencializam sua existência devemos considerar essas novas configurações como relevantes também, Soares (2015) ainda ressalta:

“(...) pouco importa se estamos falando de objetos de arte ou de monumentos históricos – pois um objeto no seio de uma comunidade é simultaneamente obra de arte, testemunho histórico, objeto etnográfico e, logo, objeto-devir. Trata-se de manter os objetos atrelados àquilo que lhes dá sentido – seja a mão de um trabalhador, ou o olhar contemplativo do grupo social.” (SOARES, 2015, p. 34).

São as pessoas que garantem a valoração constante dos bens patrimoniais que possuímos em sociedade, suas contribuições são fomentadoras de um fluxo constante que dinamiza a memória e a história como a conhecemos, se distanciando de uma pretensa imobilidade simbólica. São espaços físicos no centro urbano que não tem uma finalidade apenas utilitária, mas também e sobretudo, é identitária e memorial. Para ambos os casos, objetos de museu ou patrimônios públicos, com discursos e objetivos diferentes, serão desenvolvidas relações individuais quanto aos elementos de relevância para os indivíduos, e é essa diversidade de contribuição que deve ser preservada como fonte mantenedora dos bens culturais (SOARES, 2015).

O Tortura Nunca Mais não se encontra como um caso isolado no trato memorial da Ditadura Militar, em território nacional e internacional existem outros monumentos que tentam produzir ressignificações de uma memória sensível para o presente de forma a desenvolver novas conotações e abrir espaço para novas vozes exercerem seu protagonismo. Essa forma de reorientar a memória sem pensá-la num lugar estático do passado garantem maior riqueza ao tratar dos acontecimentos históricos. Esse é um dos objetivos ao classificar um patrimônio como antimonumento, possibilitar a revisitação de saberes até então consolidados e tomar o modelo de horizontalidade como algo crucial.

A memória fixa do passado não nos coloca diante do problema ao enfrentar assuntos traumáticos, os antimonumentos pensam justamente a problemática a partir da possibilidade de torná-la algo político e social, um fenômeno do presente que atribui posicionamento e

relativização das nuances referentes a um tema. A memória para ser acessada, precisa ser acionada, permitir o esquecimento não torna os antimonumentos ferramentas de reconfiguração da memória a partir de um viés subversivo e ao largo da oficialidade, menos científico e literal, é através de indivíduos e suas subjetividades juntamente com depoimentos e variados discursos que problematizamos o que anteriormente estava dado em um modelo condicionado. Não esquecer se torna um ato político (SELIGMANN-SILVA, 2016).

2.1. A (r)existência do monumento Tortura Nunca Mais

O elo afetivo entre os indivíduos e a memória é valorizado pelo historiador Pierre Nora (1989) que se prontifica em trazer uma análise a respeito da história e como a mesma se apropria da memória de forma a censurar seus aspectos mais subjetivos, voltando-se apenas para uma perspectiva universal e isenta de divergências. O próprio discurso que se forma a partir da percepção histórica da memória tem o olhar para um passado finalizado, negando a existência de atores plurais que compõem a história da humanidade. História essa que é buscada pelo presente e que torna a memória parte de uma temporalidade que não necessariamente se vincula exclusivamente ao passado, e a memória sendo um ato político nos faz refletir melhor a respeito de uma intervenção mais ativa das vozes do presente.

A memória é fomentada pelo cotidiano que nos posiciona em um local de lembrança ou esquecimento, é uma construção que se modifica constantemente representando valores de um contexto. Para Nora (1989, p. 9) “há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal”. Entendemos a importância dos documentos e testemunhos de um período, mas aqui abrimos espaço para ouvir o que a contramemória agrega à construção dos elementos da memória como os conhecemos.

Pierre Nora (1989) nos provoca a alcançar outras fontes de conhecimento que não possua influência de uma hegemonia social, política e econômica como parte da narrativa na construção de um discurso. A ressignificação da memória através de um antimonumento se posiciona de forma mais ampla quanto a isso, amplificando as concepções de agentes divergentes que podem compor ou não o discurso oficial da História. A tentativa de construção de uma memória sem falha escapa do plano de possibilidades que uma memória coletiva e plural pode exercer, não existe apenas um modelo de interpretação para os acontecimentos, e quando se trata de um período de violência aos direitos humanos e a integridade dos cidadãos se torna importante a escuta das vítimas e de seus familiares e amigos que acompanharam toda a tensão da luta entre o poder do Estado e os cidadãos que

reivindicavam melhores condições de cidadania.

Com o fim do estado de exceção não podemos dizer que as reivindicações foram alcançadas pela população, o saldo de mortes denota o custo de buscar um bem coletivo que nem todos estavam dispostos a ir até o fim, mas com a mudança de modelo de governo percebemos situações menos fatais no que tange a ação de ir às ruas e protestar. O Tortura Nunca Mais exprime a possibilidade de um local com finalidades semelhantes, tanto para fins culturais quanto sociais que buscam a visibilidade de grupos pouco visados pelos poderes públicos ou mesmo grupos que se colocam em posições contrárias a decisões a níveis estaduais e nacionais (NORA, 1989).

Nem todos estão de acordo com discursos de representação geral, o Tortura Nunca Mais exemplifica a criação de lugares de memória enquanto lugares políticos, para que indivíduos expressem seus posicionamentos. São lugares de grande valor simbólico para grupos sociais e de grande influência e confluência cultural, intelectual/acadêmica, política e econômica. O modelo estático de patrimônio não é bem aceito pela população que gradativamente assume uma postura crítica perante os acontecimentos que permeiam a sociedade a partir de sua identidade e cidadania. Lugares como o que se inscreve o Tortura Nunca Mais propiciam o desenvolvimento de protagonismos diversos que alimentam uma memória que não foi esgotada, se renova com novas percepções, relatos e críticas que são assimiladas cotidianamente (SELIGMANN-SILVA, 2016).

Os lugares de memória se propõem a isso, uma investigação aprofundada das memórias que permeiam grupos sociais subalternizados levando em consideração suas contribuições para o assunto em questão. Existe potencialidade no monumento Tortura Nunca Mais para tratarmos de questões semelhantes, que dialogam com opressões do passado e lutas cotidianas do presente protagonizadas por tais grupos sociais, pouco assistidos pelo Estado e em constante busca por garantia de seus direitos. Quando um lugar de memória não se propõe a isso, ele perde o sentido que o coloca como uma ferramenta para um diálogo crítico entre o presente e passado, o uso da memória de forma estática não propicia que a dinâmica do presente e a releitura do passado com novos atores sociais aconteçam. Permitir a inserção de lugares de memória na sociedade é trazer à tona assuntos quase sempre sensíveis, mas que possibilitam a relativização desse local que possui credibilidade e validação (NORA, 1989).

Isso configura o que Nora (1989) vai chamar de “vestígios”, que são fontes para além da obsessão pelos arquivos existentes, constitutivas da produção de uma memória que persiste numa perspectiva programada de “fazer” memória. Os vestígios acabam sendo as lacunas que naturalmente existem nos processos de entendimento de uma narrativa dada pela memória, a partir de discursos, imagens, testemunhos e sinais visíveis, por exemplo, que surgem os questionamentos. A vontade de “fazer” memória se torna mais comum à medida que os espaços começam a ser preenchidos por novas visões, a busca pela organização dessa memória dissidente tem por objetivo ocupar o mesmo lugar das memórias que até então foram tidas como verdades absolutas a respeito de um assunto, agregando novas formas de ambientar a mesma problemática. Seria através dos lugares de memória que conseguiríamos compreender que existem atores no trato da história para além da Igreja e do Estado, instituições que possuem imbuídas uma credibilidade desmedida. Sendo o lugar de memória uma expressão física do assunto aqui tratado, o Tortura Nunca Mais acaba atuando como um agente de democratização e descentralização do poder de falar e agir, lembrando à cidade da força existente dentro e entre a população civil.

A descontinuidade com o passado acontece nos processos de análise da memória para garantir outros protagonismos, agregando mais informações a respeito de um mesmo assunto. Quando Rojas (1998) nos traz a contramemória para não encararmos os fatos a partir de apenas um sentido, se encaixa justamente no processo de fracionamento da memória coletiva que conhecemos. Se no passado não foi permitida a atuação de grupos diversos para construir a narrativa nacional ou oficial, a cisão com esse modelo pronto de memória precisou acontecer para garantir a participação de grupos marginalizados e criminalizados no período da Ditadura Militar. Essa multiplicidade tem caráter subjetivo e formas diversas de valorar, um processo explicado por Pierre Nora (1989):

“A atomização de uma memória geral em memória privada dá à lei da lembrança um intenso poder de coesão interior. Ela obriga cada um a se lembrar e a reencontrar o pertencimento, o princípio e o segredo da identidade. Esse pertencimento, em troca, o engaja inteiramente.” (Nora, 1989, p. 18).

O contato com monumentos como O Tortura Nunca Mais pode fazer indivíduos encararem os acontecimentos cruéis da história da ditadura fazendo-os se posicionar de formas distintas quanto ao ocorrido. O efeito disso é o debate público de assuntos pouco resgatados para discussão, como os acontecimentos que permeiam as ações violentas da Ditadura Militar direcionados a população que foram contra as decisões públicas que tinham por objetivo a Segurança Nacional. São esses excessos que carecem de uma abordagem atual

para trazer clareza em observações e discursos que trazem em si analogias com a contemporaneidade, a violência que podemos presenciar hoje pode não ter o viés físico, mas pode assumir outras influências no contexto social e político. Percebemos então como a memória interage com o agora, possibilitando um olhar externo aos episódios que permitem uma abordagem menos historicista, mas que não deixa de ser apenas uma das diversas formas de abordar o mesmo assunto (NORA, 1989).

A medida que nos desvencilharmos de uma perspectiva pautada na credibilidade, por vezes exclusiva, que os aparatos científicos e documentais possuem, a contra-memória transmitida pelos grupos sociais através do Tortura Nunca Mais se insere como parte da narrativa com seriedade proporcional. A narrativa tradicional fechada em si mesma não consegue ser contemplativa, a transparência e união entre materialidade documental e memória(s) oportuniza que sejam integradas novas leituras de um evento que naturalmente não possui apenas um entendimento, o conhecimento e participação na memória não precisa ser verticalizado, essa construção conjunta é possível. Antes de se sentirem representados, os indivíduos querem ter a autonomia de contar suas próprias histórias, uma história que possui ligação com o passado, mas que remete a uma experiência do seu presente e de como seu contexto histórico, social e cultural lida com os aspectos dessa memória (NORA, 1989).

Os lugares de memória são assim entendidos por Nora (1989, p. 21): “lugares com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos”. A junção desses sentidos potencializa os lugares de memória com a abertura de possibilidades do que está como pauta, as ramificações acontecem de forma imprevisível oriundas de fontes diretas e indiretas, e isso enriquece esses espaços como lugares a mercê da ocasionalidade do presente e não do estado inerte do passado. Esses são os ciclos da memória, dependendo exclusivamente do tipo de interação que está sendo feita com esses lugares, ocasionando assim o ganho ou a perda do espaço como um lugar de memória. O encantamento com o passado não pode subjugar a gama de sentidos que um objeto possui, reconhecemos a importância da estruturação do passado, mas não limitamos a memória a esse ponto dentro de uma única temporalidade, existem outras possibilidades pela própria história, tempo e mudanças recorrentes das dinâmicas em que vivemos (NORA, 1989; BRULON, 2015).

Tratamos aqui de um local público, o monumento Tortura Nunca Mais, que se insere na Praça Padre Henrique, mas existem outras materializações físicas dos lugares de memória apontadas por Pierre Nora, como grandes acontecimentos, obras históricas e até mesmo livros.

A forma como são assimilados vai depender de seus usos e a percepção material, simbólica e funcional que os contextualiza, sendo necessário haver mudanças democráticas que integrem a sociedade incentivando-a a compor a narrativa desses outros lugares de memória. Essa vontade de memória possibilitou que outras estruturas fossem anexadas à praça, outros dois monumentos que fazem referência ao Tortura Nunca Mais, ilustrados abaixo, e à democracia nacional, e também um memorial com placas e nomes de desaparecidos políticos como forma de lembrá-los nesse local que se atribui de uma simbologia gradativamente crescente.

Imagem 4 - Monumento ao Tortura Nunca Mais



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Com a sorte de divergências e discussões a respeito dos lugares de memória, é assim que encontramos o verdadeiro sentido de suas existências, o exercício da memória é a sobreposição de perspectivas para o trato do mesmo assunto de formas semelhantes ou distintas, isso que caracteriza a memória. Se por um lado estamos conectados ao passado, a memória se mostra latente e ativa no que tange às discussões do presente, não sendo submissa ao passado, mas dando base para a sua estrutura e organização. Para além do fazer da memória e do fazer da história, existem influências externas que garantem maior alcance dessas narrativas, a existência de acontecimentos fundadores e acontecimentos espetáculos, esse último marcando mais na lembrança dos indivíduos, toma papel distinto frente a acontecimentos fundadores de uma forma mais incisiva, trazendo uma informação que possui caráter fixo para debate. Essas tensões podem ser benéficas, é um esforço que merece iniciativa para não exercer um embate apenas de pontos antagônicos, flexibilizando os discursos para a inserção de outros pontos de vista (NORA, 1989).

Segundo Nora (1989) existe um vasto interesse nos espaços de memória, tanto em relação ao que é destaque quanto a como é classificado dentro de um contexto urbano, os lugares dominantes acabam exercendo um protagonismo fixo a um passado que talvez não exista mais, valorado por acontecimentos que encontraram seu fim e não dialogam com as dinâmicas urbanas, ainda assim considerados parte da identidade de uma população. Por outro lado, os lugares dominados exercem sua influência nos aspectos mais subjetivos, e até emocionais, lidando com as particularidades dos cidadãos que possuem ou desenvolvem ao entrar em contato com os lugares, uma ligação que pode ser passageira, mas que representa um elo do presente, que pode se extinguir mas que não deixará de abrir espaço para outras interações acontecerem. Sobre a flexibilização no trato da memória, o autor aponta:

“Desdobrar-se-à o leque de lugares nitidamente consagrados à manutenção de uma experiência intransmissível e que desapareceu com aqueles que o viveram, como as associações de antigos combatentes, aqueles cuja razão de ser, também passageira, é de ordem pedagógica.” (Nora, 1989, p. 26).

Podemos nos apropriar de uma ambientação desses locais com a possibilidade não apenas para desenvolver questões de uma história documental e estruturada em discursos e informações oficiais, mas também na análise que parte da população que participou desses eventos, que tiveram papel na formulação histórica da Ditadura Militar. Depoimentos e documentários, como “É o que guardo dele”⁷ e “Marighella”⁸, que são produzidos com essa finalidade possibilitam a inserção desses indivíduos ao assunto que já lhes pertencem, e quando não pertencem, podem ser estudados e investigados sob uma óptica do presente com as demandas e valores da contemporaneidade (NORA, 1989).

2.2. Sítios de consciência: uma abordagem promissora no meio urbano

É benéfico que seja possível ampliar o espaço para diversas classificações de lugares (de memória ou não), a partir de múltiplas concepções individuais compreendemos o coletivo distanciado de uma falsa homogeneidade. A interpretação das possibilidades dessa memória coletiva não são imparciais, assim conseguimos enxergar o todo como um espaço a ser

⁷ É o que guardo dele. Direção: Hugo Menezes; Moyses Cavalcante; Iomana Rocha. Produção: Hugo Menezes Neto e Iomana Rocha. Pará: PROPESP/UFPA, 2016. (24min43s)

⁸ Marighella. Direção: Isa Grinspum Ferraz. Produção: Pablo Torrecillas; Rodrigo Castelar; Isa Grinspum Ferraz. Tc Filme e Texto e Imagem, 2012. (1h40min)

preenchido pelas partes que se dinamizam em processos de integração, divergência, semelhança e distinção. Quando tratamos de lugares de memória, devemos pensar que todos os aspectos ali devem ser levados em consideração pela simbologia existente que pode partir de diversas matrizes, onde se percebe relações dinâmicas entre objeto e sujeito em suscetíveis interações singulares. Antes de pensar de onde partem seus referenciais, pensamos que a memória compõe a narrativa da história até o ponto delimitado por seus agentes, no caso dos lugares de memória, os mesmos carregam em si suas conotações que os tornam lugares de memória,

“(…) os lugares de memória não tem referentes na realidade. Ou melhor, eles são, eles mesmos, seu próprio referente, sinais que devolvem a si mesmos, sinais em estado puro.” (Nora, 1989, p. 27)

Através do Tortura Nunca Mais outras narrativas podem ser contempladas que permeiam a Ditadura Militar, partindo não apenas de relatos oficiais, mas da vivência de pessoas e/ou grupos na contemporaneidade que porventura vivenciem alguma situação de opressão, visto que ocasionalmente presenciamos grupos distintos que buscam por seus direitos tanto em situação de escassez de recursos quanto em casos da inexistência de programas de lei que contemplem suas causas. O monumento funciona como símbolo para essas causas, grupos e comunidades que não estão sendo assistidas e que se prontificam a buscar sua visibilidade e protagonismo na voz que ecoa dos movimentos sociais e eventos culturais que cultivam suas contribuições para um cenário estadual e nacional que os consome sem garantir a sua retribuição. O local físico extrapola a materialidade para que seja requisitado a partir da possibilidade proveniente dos sentidos que se renovam nos processos simbólicos (NORA, 1989).

Uma outra categoria que pode ampliar a discussão a respeito das relações entre os centros urbanos e os monumentos são os sítios de consciência, uma forma de pensar lugares que carregam em si o histórico de ser pertencente a alguma memória traumática e possui uma gama de sentidos para os grupos que possuem alguma ligação com o local. A historiadora e diretora da Coalizão Internacional dos Sítios de Consciência, Liz Sevcenko, desenvolve essa categoria como forma de gerar diálogos com as demandas contemporâneas, não encarando o passado como um peso a ser carregado, mas um meio de se chegar à resposta de questões e problemas do presente. Esses lugares promovem o encontro de diferentes grupos para discutir assuntos que lidam com as diferenças de perceber uma problemática/tema, utilizando do espaço físico para criar pontes entre saberes distintos que tem por objetivo o respeito às diferenças, identificar questões que venham a surgir e desenvolver um espaço confiável de escuta para com todos os indivíduos participantes (SEVCENKO, 2010).

A existência de um local comum a diversos grupos é o que potencializa essas trocas, estando a serviço de todos, o patrimônio pode incutir a possibilidade de sítios de consciência na cidade do Recife, esses locais com carga histórica que podem dialogar com o presente a partir de outros direcionamentos que não os do passado. Essa dissociação com a abordagem restrita do passado nos possibilita tratar das problemáticas experienciadas no cotidiano, que quando colocadas em foco podem expandir propostas para lidar com os incômodos do presente. Os dilemas vão sempre existir quando tratarmos de patrimônio, o mesmo estará frequentemente no centro das questões que necessitem de posicionamento e tomada de decisões, seja por parte dos poderes públicos ou por ação da população, sua relação com a sociedade, no geral, integra os episódios que surgem eventualmente. Talvez essa seja a forma de preencher fendas que até então não possuem interlocutores diversos para complementar, espaços vazios que foram ocultados por vozes que se repetem em seus discursos em prol de uma homogeneidade que não existe na teoria e nem na prática (SEVCENKO, 2010).

Os sítios de consciência não possuem uma finitude que venha a ser cumprida e encerrada nos muros, tetos ou paredes dos espaços físicos, é uma abordagem que compreende a dinâmica dos indivíduos com os locais de forma efêmera, diante das escolhas pessoais de cada um os colocando próximos ou afastados desses locais. É um processo contínuo e que se modifica à medida que os participantes integram ou se desassociam dos sítios de consciência (SEVCENKO, 2010). Aqui podemos apontar outros locais da cidade, que não o monumento Tortura Nunca Mais, como a Casa da Cultura, o Hospital Militar de Área do Recife e a antiga sede do DOI-CODI na Rua da Aurora, locais que serão apontados no capítulo seguinte, mas que possuem um histórico de suas construções como locais em que aconteceram atos de violência contra a vida e ilegalidade na garantia dos direitos humanos dos cidadãos e protestantes que eram contrários ao governo.

O que podemos agregar é o papel democrático desses espaços que tentam denotar processos democráticos para tratar de questões que são sensíveis a diversos grupos, sem porventura tornar os sítios como locais partidários de causas políticas ou ideológicas, no entanto, não esquecendo que os crimes contra os direitos humanos e as violações que sequenciaram episódios históricos como a Ditadura Militar no Brasil são inquestionáveis. Estamos aqui tratando de vidas e da memória que se perpetua através não apenas de objetos e

estruturas monumentais em sua homenagem ou lembrança, mas a contra-memória de indivíduos vivos que participaram ou não em processos como esse e encontram seus reflexos em lutas contemporâneas de reivindicações que buscam desenvolver uma identidade que contemple outras formas de “ser nacional”, ocupando espaços até então negados e amordaçados para silenciar timbres dissonantes.

3. As possibilidades do antimonumento Tortura Nunca Mais

Este capítulo traz um exemplo prático de roteiro da cidade do Recife que tem como enfoque a transmissão de conhecimento de uma temática que envolve a Ditadura Militar, ação que corrobora para pensarmos a partir da perspectiva de uma antropologia urbana e seus agentes. A expansão dessa atuação que envolve turismo e cultura possibilita que a educação patrimonial aconteça no meio urbano de forma a naturalizar o cuidado ao preservar o patrimônio público para gerações futuras, atribuindo novas categorias para se pensar criticamente ao contemplar os bens culturais à disposição.

O patrimônio perpassa diversos contextos que o enquadram em uma realidade atribuída de características ilimitadas se atentarmos para a sua mutabilidade, os elementos que interagem com o patrimônio, a forma e frequência em que o mesmo é acessado e os sentidos que se dirigem a um constante processo de transformação se adequando aos seus agentes sociais. Em diálogo com a cidade, o patrimônio tem a capacidade de mudar, podendo ter um sentido no momento de sua criação e deslocamentos posteriores condizentes com novas percepções. O antropólogo Néstor García Canclini (1994) nos tranquiliza nesse sentido, o presente é influenciado pelas articulações do presente, o caráter de “novidade” não deve ser considerado prejudicial a partir do momento em que se vincula ao patrimônio. De forma simples, são contextos, reinventando as relações do patrimônio com a sociedade, aqui pensando a cidade, os indivíduos e os bens culturais.

Podemos refletir a respeito dos agentes que pensam e atribuem sentido ao patrimônio, não cabendo mais espaço para existir uma classe hegemônica que controla todo o fluxo de símbolos e signos, havendo a presença de diversas classes sociais, grupos, raças, gêneros e faixa etária, contribuindo com suas demandas e relevâncias. Grupos dissidentes da máquina patrimonial que cada vez mais passam a questionar o que é relevante no processo de tomada de sentido para a construção do patrimônio, que em tese é um bem de e para todos. Canclini (1994) ressalta que existe desigualdade no acesso ao patrimônio, mesmo com a presença de diversas tipologias e agentes participativos, as condições socioeconômicas não deixam de influenciar em processos de apropriação de uma herança cultural que pertence a todo cidadão dentro do território nacional, mas que é alcançado de forma pouco uniforme, visto que as demandas da vida dos cidadãos não se resumem apenas às questões ligadas à cultura. Ao passo que adentramos as problemáticas de classes sociais menos privilegiadas, a cultura se torna um ponto pouco relevante frente a necessidades que sintetizam a sobrevivência de grupos menos privilegiados.

Trata-se de uma relação desigual, enquanto as classes dominantes possuem tempo e recurso para tratar do patrimônio, grupos sociais sem acesso a maquinaria patrimonial desenvolvem seus processos de patrimonialização ao seu modo, valorizando e ressignificando por entre as brechas da oficialidade. É ilusório pensar no patrimônio como algo neutro, quando o mesmo é carregado de sentidos distintos e centro de relações com diversos grupos sociais. O patrimônio pode ocupar um espaço de falta de representatividade, geralmente proveniente do seu contexto de criação que integra ou exclui alguns grupos sociais. Dessa forma, não podemos deixar o patrimônio refém de uma percepção consolidada que não representa as relações do presente, como, por exemplo, a ausência de mulheres, grupos LGBTQIAPN+ e pessoas negras, que diariamente reivindicam a releitura desses espaços em busca de uma reformulação de narrativas com o intuito de adentrar de forma consciente e crítica nas questões de representatividade que muitas vezes podem estar atreladas a uma identidade nacional (CANCLINI, 1994).

As ferramentas utilizadas por esses grupos denotam processos de validação distintos e assimétricos, mas os métodos se apresentam em desvantagem quando pensamos que o documental se mostra mais relevante quando comparados aos relatos orais que compõem a maioria do apanhado de conteúdo oriundo de grupos dissidentes e marginalizados. Não existe o mesmo peso para os aspectos da memória transmitida através da oralidade em comparação aos relatos históricos e seu reconhecimento por parte de modelos acadêmicos de pensar o passado. Canclini (1994) nos provoca apontando que o entendimento do “nacional” é algo construído a partir do imaginário de indivíduos que possuem espaço para pensar numa identidade homogeneizante, o que não torna uma definição desse tipo como uma verdade absoluta. Vimos anteriormente como o decorrer dos anos que ambientam o país na Ditadura Militar podem trazer agentes diversos para criar suas narrativas e outros para refutar de forma a trazer à tona aspectos ainda não levados em consideração na construção de uma identidade nacional. O nacionalismo segundo Canclini (1994, p. 99) “é um artefato cultural e não um objeto natural, é uma ficção constituída historicamente. Este caráter imaginário não o torna falso (...)”. Aqui existe intencionalidade, uma construção imagética que dá voz e cria silêncios simultaneamente.

Percebemos a importância do que é construído a partir de relatos, fatos históricos, provas documentais de episódios, acordos e relações, nossa preocupação aqui se encontra na ampliação dos elementos que são relevantes a partir de outra abordagem. Abrimos espaço para pensar a memória desenvolvida a partir do antimonumento Tortura Nunca Mais, que se encontra como parte integrante do patrimônio material possuindo seu espaço garantido em

sociedade como os locais históricos, museus e monumentos, mas que possibilita tratarmos de questões pouco mencionadas e que se mostram importantes para o conhecimento da população como forma de apropriá-la de sua história. Outros elementos podem ser usados para criar uma identidade nacional, a presença de grupos, músicas, poesia, conteúdo audiovisual, são formas de registrar essa contramemória a partir de outras alternativas que podem ser igualmente relevantes.

Para Canclini (1994) são apontados três agentes que lidam com o patrimônio: setor privado, o Estado e os movimentos sociais. A ação privada está geralmente associada a alguma especulação de local que possui interesses econômicos, integrando ou não aspectos culturais na atuação em tais ambientes. O autor reflete a respeito de como as demandas atuais poderiam ser sinérgicas com o tratamento de problemas socioeconômicos de grupos menos assistidos, incluindo essas parcelas nos processos de investimento econômico em conjunto com a cultura que envolve a sociedade. Há um cuidado em envolver economia e cultura para que não aconteça de resultar na mercantilização da mesma, o que poderia acontecer se não houvesse a intervenção dos outros agentes.

Apesar de ter potencial para atuar como agente do patrimônio, o Estado pode praticar a ambiguidade das ações, dependendo do governo vigente e de seus interesses para com a sociedade. O discurso pode ter o intuito de contemplar a diversidade social quando na prática percebemos que isso não pode ser alcançado sem que haja a presença de representantes dessa diversidade, as tensões aqui existentes podem se configurar como algo positivo para contemplar a participação de todos sem que haja uma presença hegemônica de grupos melhor estruturados. Complementando a ação do Estado estão os movimentos sociais que se prontificam em apropriar-se de uma identidade mais democrática, que com suas intervenções oportunizam a busca por soluções de necessidades socioculturais. São esses grupos que no presente melhor desenvolvem as dinâmicas referentes ao patrimônio com ações que os alocam numa gama de sentidos que acompanham a sociedade de formas distintas de outros momentos da história, como o de sua criação ou narrativas tidas como oficiais. É isso que garante os usos sociais do patrimônio como medida de integração dos grupos.

3.1. Patrimônio, educação patrimonial e horizontalidade

A existência de uma percepção tradicional é comum quando se refere a patrimônios históricos que possuem seu sentido atrelado a um passado que vem a ser saudado ou lembrado, o que acaba muitas vezes não fomentando a criação de novos rumos que tornam o

patrimônio menos estático e/ou indiferente ao meio. A manutenção de tais moldes corrobora para um avançar que não dimensiona como o alcance dos bens culturais podem atingir diversas gerações da sociedade atendendo a suas demandas particulares. Essa monumentalidade muitas vezes acaba favorecendo a ausência de discussões a respeito do patrimônio e como suas interações poderiam propor mudanças significativas no campo social, priorizando a mercantilização dos bens com finalidades que estão interligadas a um poder político e econômico que seleciona o que é valorizado ou não. Acionar o monumento quando convém pode ser visto como uma estratégia que reivindica para si o que é nacional e representativo de um momento da situação política e econômica de um local, o monumental acaba exaltando um sistema vigente em prol de uma apropriação excludente (CANCLINI, 1994).

O uso consciente do patrimônio contrapõe propostas prontas de assimilação dos monumentos históricos e públicos como parte de uma narrativa restrita. Os indivíduos precisam encontrar no patrimônio o que nele se relaciona com suas vidas para que tenha relevância a existência dos bens culturais nas suas vivências e/ou experiências cotidianas. Acaba sendo um dever de todos exprimir valores ao patrimônio possibilitando a reflexão a respeito do que é cultural, patrimonial e nacional, e quando prontas, pensar nas propostas com uma visão crítica evitando concepções hegemônicas do que devia ser plural e diverso.

Existem percalços quando tratamos do alcance do patrimônio, quando não estão associados ao interesse econômico que movimenta âmbitos econômicos e turísticos, existe certa dificuldade em mantê-los no cotidiano da cidade como um bem cultural a ser lembrado, visitado e disponível para os habitantes. Para isso os meios de comunicação podem ser utilizados como ferramentas de alcance, exercendo o papel de destrinchar gradativamente o tratamento que podemos direcionar ao patrimônio com o objetivo de desenvolver a educação patrimonial integrando novos usuários ao que é considerado de todos. Do contrário do que se encontra no senso comum em que os avanços tecnológicos dificultam o acesso à cultura e distanciam a sociedade dos elementos que constroem sua identidade. Esses mesmos avanços podem assumir o dever de propagar um maior desenvolvimento da consciência que está voltada para o campo patrimonial. A indústria cultural não precisa apenas ser captada pelo viés econômico de produtos de efêmero destaque, ela pode ser utilizada para fins de ampliar a dinâmica do patrimônio no campo virtual, direcionando a atenção para tais locais que fisicamente podem passar despercebidos ou não possuem o interesse da população pelo desconhecimento que envolve o bem.

Canclini (1994) discute a respeito do problema que temos no trato do patrimônio a partir de um viés que o coloca em um local inalcançado:

“Uma das explicações poderia ser encontrada nessa ampla crença de que a cultura é a ‘erudita’ e tradicional, e que sua convivência com a de massa acabaria por prejudicá-la. Ainda escutamos com frequência que, ante a degradação ‘fatal’ que o crescimento urbano e as indústrias culturais trazem, só resta preservar os bens históricos e os costumes tradicionais, testemunhos puros de tempos melhores. (CANCLINI, 1994, p. 108)”

Existe uma forte crença em enxergar o passado como algo imaculado ou “puro”, no sentido de estar mais distante dos indivíduos, existindo o seu reconhecimento a partir de uma monumentalidade que compete aos monumentos públicos. O que se tenta suplantar é a realidade de que os grupos possuem o interesse em buscar seus espaços no presente, sendo o patrimônio um bem a serviço de todos, os grupos sociais procuram ocupar tais monumentos com o que os singulariza perante a sociedade, isso gera uma dinâmica mais estreita entre o objeto e o ser humano, sem exprimir uma suposta degradação. Se levarmos em consideração que essa proximidade pode vir associada a uma educação patrimonial é benéfico que exista esse tipo de dinâmica, não podemos garantir a longevidade do bem cultural sem o conhecimento de que o patrimônio pode ser conservado para futuras gerações com a atuação dos indivíduos. A materialidade possui seu processo de degradação, mas se não aplicarmos conceitos próprios de uma sociedade que entende como tratar o patrimônio, essa realidade se torna mais eminente do que de costume, por isso a necessidade de uma conscientização social nas relações entre a sociedade e seus objetos representantes de identidade local/nacional (CANCLINI, 1994).

Como já foi exemplificado, as experiências que envolvem o Tortura Nunca Mais onde existe a participação de grupos sociais, culturais e artísticos nos eventos que envolvem o antimonumento se mostram importantes justamente para desenvolver esse olhar para o local, que muitas vezes pode ser deixado de lado diante do fluxo constante de informações e destaques efêmeros que vivenciamos. São formas de possibilitar a participação democrática que muitas vezes não acontece pela intervenção que acarreta no ambiente, algo que grupos mais conservadores se posicionam contrários quando novas leituras são dispostas perante o que é público. O autor sintetiza que:

“(…) agora as obras quase nunca se vinculam à tradição através de uma relação ritual, de devoção a obras únicas, com seu sentido fixo, mas se difundem em múltiplos cenários e propiciam leituras diversas. (CANCLINI, 1994, p. 110)”

A criatividade e a liberdade podem ser introduzidas na relação com o patrimônio, vivemos em um contexto de mudanças que acontecem simultaneamente, os indivíduos são

agentes ativos que garantem possibilidades ao patrimônio. Sua existência não precisa estar fixa para ser validado, a perpetuação de valores específicos pode não acompanhar a sociedade, gerando o esquecimento em decorrência de algo que não se ambienta ao presente e seus valores.

Os bens culturais assim se inserem em processos mais humanizados que os de uso do patrimônio para fins econômicos, a cultura “para turista ver” acaba sendo deixada de lado quando a valoração parte da própria comunidade que utiliza e interpreta o monumento a partir das experiências urbanas que acontecem cotidianamente em vida pessoal e no fluxo da cidade. Não podemos negar que até mesmo na cultura as questões são de escolha, a seleção e combinação de elementos que vão compor uma narrativa ganham mais notoriedade que os fatos em si, esses acabam sendo parte integrante ou excluída de todo o contexto em prol de uma finalidade de quem constrói a narrativa. A aproximação do público de algo real se mostra benéfica nessas situações, quando interagindo com as dificuldades dos monumentos e tomando conhecimento das problemáticas, podem ser desenvolvidas noções melhores de lidar com o patrimônio. A deliberação compartilhada pode elucidar resoluções de questões de formas que perpassam o imaginário de indivíduos que não possuem uma formação acadêmica direcionada para o patrimônio, quesito que não os impede de despertar o interesse em lidar com o mesmo e suas dificuldades. Portanto, Canclini (1994) nos diz que:

“Os processos nos interessam mais do que os objetos, e nos interessam não por sua capacidade de permanecer ‘puros’, iguais a si mesmos, mas sim porque ‘representam certos modos de conceber e viver o mundo e a vida próprio de certos grupos sociais. (CANCLINI, 1994, p. 113)”

O objeto precisa ser entendido pela população, assim conseguimos aproximar os indivíduos e suas memórias em formação para que a cidade exerça sua função de potencializar as identidades. Como sociedade somos perpassados por diferentes influências que constroem e influenciam nossas visões de mundo, com isso podemos trazer o patrimônio para um local de conexão, atribuindo e adquirindo significados diante das trocas entre indivíduos e com os bens culturais.

Aqui a educação patrimonial assume protagonismo como parte importante no trato do patrimônio, antes de ser algo com origem de intencionalidade de haver uma educação voltada para os bens culturais, sua presença é intrínseca na relação dos indivíduos com o patrimônio. À medida que entramos em contato com as diversas interpretações dos bens culturais podemos assimilar gradativamente aspectos de suas características físicas e simbólicas que nos conscientizam da relevância de sua existência. O museólogo Mário Chagas (2013) aponta

para tensões e uniões constantes do patrimônio, processos que acontecem diariamente pela troca entre esses objetos, o meio e a sociedade. Aqui podemos enxergar o Tortura Nunca Mais como uma possibilidade de humanizar a sociedade a respeito dos acontecimentos da Ditadura Militar, um aprendizado que perpassa outras esferas além do patrimônio, e por isso, revela a interdisciplinaridade em transmitir conteúdo educacional para toda população. Ainda assim o museólogo alerta:

“É preciso saber que o museu, o patrimônio, a memória e a educação tiranizam, aprisionam, acorrentam e escravizam os olhares incautos e ingênuos. É preciso coragem para pensar e agir a favor, contra e apesar do museu, do patrimônio, da memória e da educação. É preciso enfrentá-los com o desejo de ressignificação e antropofagia, com a coragem dos guerreiros que estão prontos para a devoração. (CHAGAS, 2013, p. 5)”

Assim como as narrativas criadas a respeito de um patrimônio tido como nacional que não garantia a representatividade da população, podemos pensar no que tange às dinâmicas do presente que envolvem o objeto central deste trabalho. Pensar o antimonumento Tortura Nunca Mais como uma narrativa que se contrapõe a ocultar memórias traumáticas referentes ao Golpe de 64 diz respeito ao presente, onde grupos subalternizados encontram espaço para reivindicar as suas lutas em busca de maior igualdade nos direitos como cidadão. Atos que reivindicam a democracia como essencial na sociedade brasileira que se apropriam da simbologia do antimonumento como materialização física da força da população civil mesmo diante das atrocidades cometidas contra suas vidas também reflete uma dinâmica do presente. Mas e o futuro? O futuro, se pressupõe, que estará carregado de valores que podem ser semelhantes ou contrários ao que percebemos no momento atual, isso pode ser benéfico no sentido de não permitir que o patrimônio seja enxergado por um viés consolidado e imutável, situação que nos impulsionaria a cometer o erro de viver o presente a partir de reflexões de outra temporalidade que podem não surtir o mesmo sentido e relevância.

A contribuição da museóloga Maria de Lourdes Horta (1999) pode agregar a respeito da educação patrimonial, encarando o patrimônio como algo que denota um passado que pode trazer soluções para o presente a partir das relações com o entorno e indivíduos. Tal processo fomenta a percepção de que a cultura brasileira é plural e múltipla, podemos imaginar que as identidades também seguirão pelo mesmo caminho, não tornando exclusivo o adjetivo de “nacional”, mas para isso precisaríamos do desenvolvimento do conhecimento crítico para que essa apropriação seja envolta de reflexões que não tornem uma visão de mundo hegemônica. Enxergar o Tortura Nunca Mais como um lugar de memória possibilita os diálogos que direcionam para esse modelo de abordagem, questionando o antimonumento constantemente em busca de novos horizontes de crítica e questionamentos referentes a pautas

atuais que conectam o objeto, a cidade e a população. A autora engaja em várias possíveis atividades que tratam de monumentos, sítios arqueológicos e edifícios históricos, trazendo diversidade nas atividades que podem ser empregadas para desenvolver o aprendizado que potencializa o “olhar” para práticas de observação e interpretação de questões que extrapolam a história desses locais.

A educação patrimonial é um processo que deve acontecer de forma consciente, as intenções de transmitir a outros indivíduos não apenas a relevância dessa materialidade, mas também sua contextualização, a interdisciplinaridade que envolve sua existência e até mesmo seus usos antes, durante e posterior ao processo de sua criação precisam ser assimilados de forma crítica para que haja diálogo. Por isso as atividades se tornam tão importantes, são momentos de troca que permitem a horizontalidade das vozes que expressam suas opiniões e reflexões que porventura não tenham sido ouvidas em outras ocasiões, se é que tais oportunidades aconteceram. Movimentar o meio urbano a partir das tensões individuais e coletivas enriquecem a herança cultural que se modificam frequentemente de acordo com as singularidades de seu tempo (HORTA, 1999).

3.2. Um olhar pela cidade: roteiro “Recife na ditadura de 64”

A promoção de ações que tenham como intuito o incentivo no setor turístico pela cidade acontece de forma frequente partindo tanto de iniciativa privada quanto pública, com a criação do Olha! Recife⁹ foram iniciados vários roteiros que preenchem a cidade com o conhecimento de diversas temáticas que circundam o patrimônio material e imaterial do Recife. Para análise, entramos em contato com os responsáveis pelos roteiros que acontecem na cidade do Recife que fazem passeios turísticos com diversas temáticas, um deles é o roteiro “Recife na ditadura de 64” que tem como um dos pontos o antimonumento Tortura Nunca Mais.

O circuito passa por lugares como a Praça da República, o Palácio do Governo e a Assembleia Legislativa trazendo à tona os poderes políticos que têm funções que os ambientam num determinado contexto histórico e social, esferas de poder que representavam a nível estadual as decisões do contexto nacional quando se iniciaram os momentos de opressão e censura decorrentes da Ditadura Militar. O Palácio do Governo, na imagem abaixo, foi invadido em primeiro de abril de 1964 para retirar o governador Miguel Arraes de seu

⁹ O Olha! Recife é um programa criado em 2014 pela Secretária de Turismo que tem por objetivo oportunizar o lazer através de passeios turísticos pela cidade. Os roteiros são feitos em quatro modalidades: a pé, de ônibus, de bicicleta e catamaran.

cargo, ocasião em que foi deposto para a mudança de governo que estava prestes a acontecer. O local ficou sob a mira de canhões no episódio. Enquanto que na Assembleia Legislativa, local em que os mandatos políticos estavam sendo caçados enquanto o então governador Miguel Arraes era preso.

Imagem 5 - Palácio do Governo



Fonte: Tripadvisor, 2015.

A Faculdade de Direito também faz parte do roteiro, o que nos cabe a informações de ex-presos políticos que conseguiam escutar os sinos da faculdade, sendo esse o único local que emitia o toque ao passar vinte e quatro horas do dia. Em frente a faculdade era onde se instalava o DOI-CODI, local onde vários presos políticos passaram por torturas, sendo alguns deles alunos de direito que reconheciam os barulhos do local. Em 2014, segundo o G1 Pernambuco¹⁰, a antiga sede do DOI-CODI foi alvo de investigações juntamente com outros locais em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Além disso, a Faculdade de Direito se localizava próxima ao quartel do 4º Exército, expondo novos depoimentos e relatos de tortura dados por presos políticos. Locais como a Praça do Diário, Casa da Cultura e Avenida Dantas Barreto foram locais de conhecimento da morte de pessoas que se opunham ao governo vigente. Esta última foi onde houve a morte de dois estudantes, Jonas Albuquerque e Ivan Aguiar, espaços que carregam essa memória traumática trazendo o peso do que realmente aconteceu no período da Ditadura Militar. A Praça do Diário, local próximo da morte dos estudantes, foi onde ocorreram manifestações que apontavam para o golpe militar, com grande atuação dos estudantes, reprimidos pela ação da polícia militar resultando em diversos feridos no dia do golpe. Hoje, para além de outros usos, um local de manifestações da APAP (Associação Pernambucana de Anistiados Políticos) para lembrar do 1º de abril de 1964 e dos indivíduos que foram presos, mortos e desaparecidos em prol da democracia. Já a

¹⁰ Ex-presos políticos revelam onde se pratica tortura, no Recife. G1 Pernambuco, Recife, 02 de abr. de 2014.

Casa da Cultura, como ilustra abaixo, antiga Casa de Detenção, foi o local onde os presos políticos permaneciam encarcerados, que em depoimentos falam da quantidade excedida de presos por cela.

Imagem 6 - Casa da Cultura



Fonte: Cultura PE, 2019.

Compõem também o roteiro a Rua do Hospício, com enfoque no prédio da antiga Escola de Engenharia, ilustrada abaixo, local em que os alunos se reuniram para organizar uma passeata contra a deposição do governador, e que por volta das 14h da tarde houve a invasão do Exército expulsando os alunos do prédio. É nesse ponto que se inicia todo o episódio que envolve a morte de dois estudantes como marco da Ditadura Militar em Pernambuco. E também o monumento Tortura Nunca Mais, aqui já apresentado tanto pelo seu caráter simbólico quanto dos usos que reverberam dessa diversidade de sentidos, todos esses locais remontam uma história da ditadura que não pode ser esquecida, garantindo a conscientização das consequências de um momento antidemocrático no país.

Imagem - Antiga Escola de Engenharia



Fonte: Google Maps, 2022.

O circuito expressa a realidade que envolve esse período da história brasileira esclarecendo a atuação militar e expondo as crueldades direcionadas aos cidadãos. As Comissões da Verdade assumem protagonismo nesse quesito, resgatando a memória de militares, ex-presos políticos, familiares e amigos que possuíam ligação com pessoas que perderam suas vidas nesse período. Apesar da baixa frequência com que o roteiro acontece, talvez devido a quantidade de roteiros que a plataforma digital mostra, totalizando trezentos e quarenta e oito (348), entendemos a existência de outros interesses turísticos na cidade e ter um enfoque para contar episódios sensíveis são de grande importância para que não se perca a memória de atos irreparáveis. Essa memória pode ser revisitada a partir de um viés menos oficial no que tange a presença de indivíduos que possuem ligação com o episódio em questão, a informação garante a seriedade dos acontecimentos para tratar de uma memória que por vezes é ocultada, mas que precisa ser lembrada para desenvolver a consciência de não revivê-la no atual contexto democrático. Com ameaças recentes do último governo da presidência do país, conseguimos refletir que tal possibilidade não significa apenas uma mudança de perspectiva política, mas pode ser a matriz de uma ameaça violenta e mortal do que aconteceu na década de 1960. A partir de tal consciência, desenvolvemos o senso crítico para abordar essas ideias para pensarmos o presente diante de acontecimentos do passado e suas consequências para o futuro (SEVCENKO, 2010).

Em reportagem para o Diário de Pernambuco¹¹, Chico Assis e Carlos Alberto Soares, ex-presos políticos no período da Ditadura Militar fazem uma recapitulação de locais na cidade do Recife que foram associados a tortura e abuso de poder no estado por parte dos militares, passando por lugares que foram mencionados e que fazem parte do roteiro do Olha! Recife e outros locais mais distantes da parte central da cidade. A Colônia Penal Feminina em Engenho do Meio que tinha como intuito direcionar mulheres presas políticas para prisão e o Quartel Dias Cardoso em San Martin também são locais apontados como integrantes de uma geografia da ditadura, locais esses carregados de história dos sobreviventes que experienciaram situações violentas e degradantes por reivindicar suas lutas em prol da democracia.

O roteiro se mostra bem construído se levarmos em consideração os bairros centrais do Recife, podendo ainda haver a adição de outros ambientes que possuem participação na história desse episódio no estado. Não apenas os locais, a própria iniciativa de trazer indivíduos que protagonizaram esse momento histórico permite uma leitura mais verídica dos

¹¹ A geografia da ditadura em Pernambuco. Reportagem: Cláudia Eloi. Produção: Filipe Falcão. Diário de Pernambuco, 2014. (11min01s)

acontecimentos, onde conseguimos sintetizar o concreto com a história oral ganhando notoriedade equilibrada das fontes de memória e contra-memória que contextualizam a Ditadura Militar. Como sociedade, atravessamos e somos atravessados pelo patrimônio, constituindo narrativas que dialogam com o meio, essa intervenção do que nos foi dado como patrimônio material pode ser revisitada para que novas interpretações surjam a partir de maneiras distintas de assimilar a memória, a conexão com episódios do passado podem também acarretar em reflexões críticas que possibilitam uma mudança de abordagem que favorece a ampliação de sentidos do patrimônio.

A exemplo podemos apontar outro monumento da cidade que se encontra no Parque Treze de Maio, ainda no centro do Recife, o Monumento aos Pernambucanos Mortos na Segunda Guerra Mundial em homenagem a treze combatentes que lutaram na Itália e que fizeram parte da Força Expedicionária Brasileira (FEB). O monumento foi inaugurado em 1971 pelo então prefeito Geraldo de Magalhães Melo no final de seu mandato e foi esquecido com o passar dos anos, gerando um processo de degradação física que precisou de intervenções de restauro e veio a ser reinaugurado em 2014 em comemoração aos 70 anos de início das expedições da FEB. Essa reinauguração possibilitou o resgate da existência de um monumento que estava esquecido até mesmo pela ausência de conhecimento do que esse patrimônio se tratava, onde após a reinauguração garantiu mais informações para transeuntes a respeito da sua criação e a quem o monumento se dedica, essa memória dos combatentes brasileiros na Segunda Guerra Mundial.

O monumento assume um contraponto interessante referente a atuação militar em momentos de guerra mundial, enquanto que o antimonumento Tortura Nunca Mais aponta para outro perfil de atuação que acusa as forças militares brasileiras dos atos contra a vida de seus próprios cidadãos. Os dois representantes do patrimônio material da cidade assumem narrativas diferentes mesmo possuindo relação com o mesmo grupo, enaltecemos a nacionalidade com um monumento homenageando o serviço prestado em prol da nação e suas alianças mundiais e ao mesmo tempo apontamos para a atuação exacerbada das forças militares em cenário nacional com uso de violência para oprimir a liberdade dos cidadãos brasileiros com o antimonumento. São construções tanto físicas quanto de memória que merecem ser revisitadas para que tais comparações sejam possíveis em tratar de eventos diferentes do contexto brasileiro, mas que denotam lados de uma presença militar que atuou de formas contraditórias. O monumento em homenagem aos ex-combatentes tem potencial em agregar novas reflexões da atuação de uma força militar a serviço do país e de seus aliados. São questionamentos passíveis de crítica que trazem clareza e consciência para indivíduos que o visitam e são impulsionados a refletir criticamente a respeito dos patrimônios públicos e quem eles homenageiam, garantindo um conhecimento da memória

que os envolve e seus contrapontos que podem ser encontrados em narrativas de outros protagonistas referente ao mesmo assunto (NORA, 1993).

Esses locais podem assumir a posição de ser um local seguro para que essas discussões aconteçam, não existe o intuito de encontrar uma solução para problemas do passado, mas desenvolver uma mentalidade que os permita ser interpretados a partir do que acontece na sociedade e que traga resoluções pensadas de forma consciente e coletiva. Aqui cabe trazer essa abordagem como referência aos objetivos dos sítios de consciência, uma proposta que se objetiva a garantir esse espaço de escuta para agregar conhecimento e criticidade às memórias traumáticas. A memória transporta uma narrativa que não precisa ser hegemônica, os fatos históricos acontecem, o que não os impossibilita de serem reinterpretados para o que grupos sociais distintos pensam no presente, assimilando história, arte e cultura como parte de uma narrativa que tais indivíduos querem protagonizar a partir das suas vivências e sua forma de intervir socialmente (SEVCENKO, 2010).

Considerações finais

O Monumento Tortura Nunca Mais foi escolhido como um representante de diversas lutas sociais que acontecem na cidade, possui papel importante nas relações que acontecem entre o meio urbano, a sociedade e as questões cotidianas que nos acompanham como parte de problemáticas socioculturais, políticas e econômicas. O local não centraliza os acontecimentos urbanos em prol de uma exclusividade ao seu entorno, o que não tira o caráter simbólico existente nesse bem patrimonial tão presente nos episódios aqui relatados. Lá, aponto, ocorre um dos encontros do passado com o presente, a qualquer momento e não especificamente no contexto de reivindicações políticas que historicamente ocorrem naquele espaço, promovidos por diversas vozes da sociedade. É um lugar, portanto, de valor afetivo, artístico, social e/ou pessoal. Dito isso, podemos mensurar as diversas formas que o antimonumento pode ser valorado a partir de olhares particulares que se sobrepõem como camadas em volta do Tortura Nunca Mais, seria limitante pensa-lo a partir da definição de um grupo específico.

Atribuí o protagonismo das lutas e revoltas contra a Ditadura às pessoas que nos discursos oficiais do passado não detinham qualquer validação para ter suas experiências e memórias no cerne da construção dos elementos da história e da identidade nacional. Se em determinado período perfis como o de operários de fábricas, trabalhadores rurais, estudantes e mulheres foram violentamente reprimidos, podemos compreender que essas lutas não foram em vão para que atualmente grupos semelhantes possam incorporar sua cidadania sem os crimes cometidos na Ditadura Militar. A continuidade da democracia em seu sentido de garantia de poder à população possibilita o resgate, sempre que necessário, dos cidadãos integrarem sua existência nas narrativas patrimoniais, sejam elas oficiais ou não, essa existência se destrincha nas formas de pensar, ser e estar em sociedade. Experiências de vida que se tornam memória e contramemória corroboram para uma multiplicidade de vozes, perspectivas e pontos de vista a ocupar locais que antes foram negados. Foram esses agentes diversos que tornaram a construção social possível de ser acessada e reinterpretada pelos que ainda não reconhecem os direitos que possuem, aqui compreendemos a existência de outras lutas que possam não ter sido mencionadas na pesquisa, mas que a partir da diversidade apresentada se pudesse ter uma noção da amplitude e atuação de grupos distintos.

Para pensar o Tortura Nunca Mais como um antimonumento, foi escolhida uma forma de conectar um período histórico do Brasil, a Ditadura Militar, com a existência de um local no presente que sustenta um pesar na memória dos acontecimentos violentos direcionados a população. Sua tratativa como antimonumento, discutido por Seligmann-Silva em conjunto com os lugares de memória abordados por Pierre Nora, potencializam a existência de um

objeto criado quase três décadas atrás, e que não foi esquecido por uma abordagem consolidada por que grupos culturais e sociais o associam a um lugar de luta pelos direitos que buscam seus integrantes. Essa busca no presente pode ser vista como uma ruptura com um passado hegemônico, tornando possível outras leituras a respeito de um mesmo bem cultural. Apontamentos mais recentes, como os sítios de consciência, definidos por Liz Sevcenko, acompanham o que este trabalho vem propondo, a ressignificação de um espaço a partir do seu estado presente, com perdas e ganhos de sentidos que o transformam em algo “novo” acompanhando os indivíduos que usufruem da sua simbologia.

Por fim, foi pensado que para toda atividade que envolva o antimonumento existe algo intrínseco a esse e outros bens patrimoniais da cidade. Usufruir de seus sentidos e ter o contato com a física do Tortura Nunca Mais ambienta os indivíduos a olhar para o espaço com o cuidado de preservar o patrimônio. A educação patrimonial trazida por Mário Chagas e destrinchada para diversas situações por Maria Horta consegue abarcar as nuances do que esse patrimônio transmite naturalmente a partir de uma reflexão crítica às noções clássicas de preservação de um bem que está a serviço de todos. Os roteiros turísticos que acontecem na cidade que envolvem o Tortura Nunca Mais e outros ambientes da cidade promovem a troca de conhecimento e percepções com os participantes ao mesmo tempo que incute a consciência de locais que atribuem sentido a cidade do Recife, uma compreensão que pode não alcançar todos os cidadãos a partir do senso comum ou no cotidiano acelerado dos meios urbanos.

Existe todo um trabalho que pode ser consultado a respeito de vários outros episódios que circundam o Tortura Nunca Mais que não foram citados, o apanhado aqui trazido teve como intuito contemplar as diversas formas que esse antimonumento se relaciona com os agentes sociais. Antes de condicionar o bem cultural, essa é mais uma forma de evidenciar as conexões aqui exemplificadas e discutidas que são vivenciadas no presente pelos que se apropriam e conferem interpretações ao objeto.

Referências bibliográficas

A geografia da ditadura em Pernambuco. Reportagem: Cláudia Eloí. Produção: Filipe Falcão. Diário de Pernambuco, 2014. https://youtu.be/jJROE_Egujk?si=i5-cE09IsV8KEiGo. Acesso em: 18 de mar. de 2024. (11min01s)

BANDEIRA, A. **Resistência Cor-de-rosa-choque militância feminina no Recife, nos anos 1960.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em História, Bahia, p. 207. 2012. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/13308>. Acesso em: 17 de mar. de 2024.

Brulon, B. (2015). **Os objetos de museus, entre a classificação e o dever.** *Informação & Sociedade*, 25(1), 037. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/025>. Acesso em: 12 de mar. de 2024.

CANCLINI, N. G. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 95- 115. 1994. Disponível em: . Acesso em: 18 de mar. de 2024.

CAVALCANTI et al. **Recife e seus monumentos: um estudo sobre o uso do espaço público e a preservação dos monumentos históricos.** Revista Hum@nae, 2019. Disponível em: [Vista do Recife e seus monumentos: um estudo sobre o uso do espaço público e a preservação dos monumentos históricos \(esuda.edu.br\)](http://vista.do.recife.br/vista-do-recife-e-seus-monumentos-um-estudo-sobre-o-uso-do-espaco-publico-e-a-preservacao-dos-monumentos-historicos-esuda.edu.br). Acesso em: 10 de dez. de 2023.

CHAGAS, M. **Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação.** IPHAN, 1999. Disponível em: [educacao_museu_patrimonio_tensao.pdf \(iphان.gov.br\)](http://educacao.museu.patrimonio.tensao.pdf(iphان.gov.br)). Acesso em: 18 de mar. de 2024.

É o que guardo dele. Direção: Hugo Menezes; Moyses Cavalcante; Iomana Rocha. Produção: Hugo Menezes Neto e Iomana Rocha. Pará: PROPESP/UFPA, 2016. Disponível em: <https://youtu.be/jmp-8bv01RQ?si=yi7LenhKDIRjPeAC>. Acesso em: 18 de mar. de 2024. (24min43s)

FERRAZ, Joana D'Arc Fernandes. **Os desafios da preservação da memória da ditadura no Brasil.** ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. (Orgs) *Museus, Coleções e Patrimônios: narrativas polifônicas.* Rio de Janeiro: Garamond, Minc/IPHAN/DEMU, 2007, pp. 48-57. Disponível em: https://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212961440_ARQUIVO_Trabalho_Completoanpuhrj2008.pdf. Acesso em: 18 de mar. de 2024.

FERREIRA, M. **Nos interstícios do golpe: resistência da juventude em Pernambuco à ditadura cívico-militar brasileira (1964-1972).** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós Graduação em História, Recife, p. 214. 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11664>. Acesso em: 18 de mar. de 2024.

GALLINDO, J. **"- Éramos poucos!" : contra a hegemonia no campo jurídico : os**

advogados que enfrentaram a ditadura empresarial-militar em Pernambuco (1964-1985). Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós Graduação em História, Recife, p. 230. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/33073>. Acesso em: 18 de mar. de 2024.

HORTA, M.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. **Guia básico de educação patrimonial.** Brasília: IPHAN, 1999. Disponível em: [guia_educacao_patrimonial.pdf \(iphan.gov.br\)](https://www.iphan.gov.br/guia_educacao_patrimonial.pdf). Acesso em: 18 de mar. de 2024.

Marighella. Direção: Isa Grinspum Ferraz. Produção: Pablo Torrecillas; Rodrigo Castelar; Isa Grinspum Ferraz. Tc Filme e Texto e Imagem, 2012. Disponível em: Netflix. Acesso em: 15 de dez. de 2023. (1h40min)

NORA, P., & Aun Houry, T. Y. (1989). **ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A PROBLEMÁTICA DOS LUGARES.** *Projeto História : Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História*, 10. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 10 de dez. de 2023.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio.** Estudos Históricos, 1993. Disponível em: [Memoria_esquecimento_silencio.pdf \(uel.br\)](https://www.uel.br/revistas/estudos_historicos/artigos/pollak.pdf). Acesso em: 18 de mar. de 2024.

ROJAS, C. Historia, memoria y contramemoria. **Ciencias**, México, n. 49, p. 46-49, fev./mar. 1998. Disponível em: <https://www.revistacienciasunam.com/en/198-revistas/revista-ciencias-49/1901-historia,-memoria-y-contramemoria.html>. Acesso em: 18 de mar. de 2024.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **Antimonumentos: trabalho de memória e de resistência.** *Trivium* [online]. 2014, vol.6, n.1, pp. 41-54. ISSN 2176-4891. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-6564D20150011>. Acesso em: 18 de mar. de 2024.

SEVCENKO, L. (2010), Sites of Conscience: new approaches to conflicted memory. **Museum International**, n. 62, p. 20-25, mai. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1468-0033.2010.01720.x>. Acesso em: 17 de mar. de 2024.

Lista de Imagens

Imagem 1 - Monumento Tortura Nunca Mais	13
Imagem 2 - Ato em defesa da democracia	31
Imagem 3 - Intervenção cultural do projeto Urbe-se no Tortura Nunca Mais	32
Imagem 4 - Monumento ao Tortura Nunca Mais	39
Imagem 5 - Palácio do Governo	52
Imagem 6 - Casa da Cultura	53
Imagem 7 - Antiga Escola de Engenharia	53